



# Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1980

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Adalberto Daros, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, Francisco Escorsin e José Domingos Scarpelini (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em virtude do falecimento do Deputado David Federmann, esta Presidência declara efetivado o Deputado Túlio Zanchet, Suplente em exercício nesta Casa Legislativa.

Esta Presidência comunica ainda que se encontra neste Poder, o Sr. Luiz Gabriel Sampaio, que assumirá na qualidade de Suplente do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, que exerce atualmente o cargo de Secretário de Estado da Cultura e do Esporte.

Para acompanhar o Sr. Luiz Gabriel Sampaio e introduzi-lo neste Plenário, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Antônio Facci, Paulo Camargo, Jurandir Messias e Pinto Dias.

(É introduzido no Plenário o Sr. Luiz Gabriel Sampaio)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência tem a satisfação de convidar o Sr. Luiz Gabriel Sampaio para que o mesmo preste o compromisso constitucional.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná.  
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tenho a honra de convidar o Sr. Luiz Gabriel Sampaio para que tome assento em sua bancada nesta Casa Legislativa. Antes, porém, esta Presidência concede a palavra ao ilustre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Funcionários do Poder Legislativo. Meus amigos que aqui comparecem. Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Diretórios Municipais. Prezados companheiros do BANESTADO e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, enfim, todos aqueles que, presentes e ausentes dignificam e engrandecem minha existência com sua amizade, carinho e lealdade. Sofreu este Poder, recentemente, duros golpes. No campo político com a não devolução de parte de suas prerrogativas e no humano e mais importante, com a morte prematura e repentina de dois de seus mais antigos, eficientes e ilustres Deputados — Domicio Scaramella e David Federmann. E é, justamente, nesta hora de dor, saudade e tristeza vivida pela gente paranaense que volto a esta Assembléia. Não substituo ninguém, apenas tentarei com coragem, determinação e humildade juntar meu trabalho, minha disposição e minha voz aos representantes do meu Estado, na defesa — intransigente se necessário for — de seus desejos, aspirações e esperanças.

Neste período em que estive ausente, jamais interrompi minha caminhada pela difícil estrada que, por força de uma vocação irresistível, tem me levado a viver os dramas das comunidades, sentir o problema do próximo e lutar — às vezes pagando o preço da incompreensão — por um futuro em que a esperança seja sinônimo de realização.

Participando de uma Diretoria do Conglomerado BANESTADO, ou exercendo as funções de Procurador do Estado junto ao T.C., não perdi em nenhum só momento a dimensão humana que me propus como forma fundamental a lastrear minha história de vida.

Aqui e agora, me encontro para uma nova etapa que o destino me reservou, com o pensamento voltado àqueles que estiveram comigo em todos os momentos, aos meus amigos de Maringá e das cidades do Paraná que hoje são não apenas o meu berço político, mas o berço de meu trabalho e razão de meu viver.

É responsabilidade, desta ligação, quase mística, a força fornecida para não temermos obstáculos nem dificuldades, no momento em que o povo, especialmente o mais humilde, sofre pela carência não atendida de suas necessidades mais fundamentais. Sem a pretensão ambiciosa de solucionar, mas com a vontade desmedida de participar, exercerei o mandato que, de maneira sagrada e intransferível, uma parcela do povo do Paraná me outorgou. Estejam certos que a chama do idealismo não esmoreceu: ao contrário, foi cultuada, foi protegida e foi enriquecida pela experiência e amadurecimento que o tempo se encarregou de deixar marcado.

Dentro deste universo, onde falta quase tudo e sobram violência e incompreensão vividas por todos neste final de século, coloco meus serviços direcionados à criatura humana, princípio e fim de toda preocupação verdadeiramente cristã.

A essa criatura humana nem o materialismo marxista renegou. O autor da "LA MISÈRE DE LA PHILOSOPHIE" escreveu que "SER RADICAL SIGNIFICA IR À RAIZ DE TODAS AS COISAS; E NO QUE DIZ RESPEITO AO HOMEM A RAIZ É O PRÓPRIO HOMEM". Acredito na extraordinária capacidade do Governador Ney Braga em vencer as dificuldades refletidas em nosso Estado de todas as crises, e tenho convicção e fé que ele poderá levar esta sua têmpera de homem sensível aos problemas do homem, ao mais alto escalão da República, como única e última alternativa de solução dos impasses hoje vividos.

Finalmente o agradecimento a Deus por não nos ter deixado perder a esperança no futuro de nossos filhos e do nosso País, que pela participação de todos nós, haverá de conquistar a paz e a justiça, para que todos tenham direito iguais à sua imagem e semelhança.”

Muito obrigado. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para saudar o ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Ontem esta Casa realizava uma sessão, Sr. Presidente, em que se cultuava a memória de um dos grandes parlamentares que por aqui passaram, o saudoso Deputado David Federmann.

De ontem para hoje, entretanto, o ambiente, Sr. Presidente, muda visceralmente de figura, como a representar, Srs. Deputados, a trajetória mesma da vida de todos nós.

Se ontem esta Casa manifestava a sua dor e o seu pesar, hoje, entretanto, numa nova página virada da história paranaense, este Poder se engalana, e, de braços abertos, recebe a investidura do maringense Gabriel Sampaio.

A Bancada do PMDB associa-se a este momento de júbilo e quer dizer a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio, que, no instante em que Vossa Excelência reingressa nesta Casa, detentor de um mandato popular, o nosso Partido vê com profunda simpatia e renovada esperança este ato, porque já o conheceu durante quatro anos de profícua gestão como Parlamentar e representante daquela nossa região, nesta Casa, e deseja que Vossa Excelência, a partir de agora, tenha a sua disposição de trabalho e de ideais, para que a história do Paraná possa ter em Vossa Excelência um dos seus agentes mais eficientes dentro do processo mesmo natural de renovação.

Mas, mais do que o Paraná, Srs. Deputados, a presença de tantos representantes da comunidade maringense e daquela região, de seus antigos colegas de BANESTADO, de seus colegas de Procuradoria de Estado junto ao Tribunal de Contas, esta presença significa, acima de tudo, um ato de fé, uma renovação à convicção de que o mandato exercido por Vossa Excelência há de realmente representar um passo a mais na democratização do processo social brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputado Gabriel Sampaio, a Bancada do PMDB, por sua Liderança, faz desta tribuna, a prova mais evidente de que crê firmemente no potencial humano que Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio, tem para oferecer à construção do bem comum do Paraná.

Desejamos que a estada de Vossa Excelência, nesta Casa, durante esses 26 meses de mandato que resta a esta Legislatura, represente um instrumento eficiente para o trabalho comum de valorização, de independência e de autonomia, que o Poder Legislativo deve procurar, a toda hora e a todo instante, para quebrar essa super-valorização atrofante do processo social brasileiro, com a marginalização dos poderes Judiciário e Legislativo, fruto evidente do autoritarismo imposto a este País, nestes últimos 16 anos.

E não serão as oposições sozinhas que irão trazer a harmonia, a independência e a valorização dos poderes da República, se não também, a grande responsabilidade que pesa, hoje, sobre aqueles que apuseram a sua assinatura no braço político do sistema que aí está.

E Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio, representa, nesse contexto, uma grande esperança para o Paraná.

Seja pois, bem-vindo a esta Casa, e que Deus ilumine os seus passos para que retorne àquela trajetória risonha, produtiva e feliz, que Vossa Excelência já teve na legislatura passada e que estes 26 meses sejam uma confirmação do muito que Vossa Excelência já contribuiu para o bem comum do Paraná e do

Brasil. (Sem revisão do orador).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Incumbiu-me o Líder da Bancada do Partido Democrático Social de saudar a volta, a esta Casa, do Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

E o faço representando também o Partido Trabalhista Brasileiro, a pedido do Deputado Adalberto Daros.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa, em poucas vezes, recebeu um Deputado prestigiado como está recebendo, hoje, o Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Para nós de Maringá, que estávamos, até ontem, nesta Casa, ao lado do Deputado Renato Bernardi, representando Maringá e região, a vinda do Deputado Gabriel Sampaio, efetivamente, significa muita coisa.

Maringá, na legislatura passada, contava, na Assembléia Legislativa, com cinco Deputados: os três que ora estão aqui, mais ainda o Deputado Jorge Sato e o Deputado Valter Pietrângelo e que, nas eleições de 1978, não tivemos a mesma felicidade de mandar para esta Casa o mesmo número de representantes, mas que está hoje recebendo, com alegria, o Deputado Gabriel Sampaio, apesar de termos, como disse o Deputado Renato Bernardi há pouco, até ontem homenageado o Deputado David Federmann, que deixou esta Casa, por falecimento. Convivemos com o Gabriel há muitos anos, desde Maringá, quando iniciou a sua vida pública como Secretário da Educação do Município de Maringá; na época, exercia, esse Deputado, a Liderança do Partido Situacionista naquela cidade; esse convívio e essa situação fazia com que o relacionamento do então à época Vereador Antônio Facci, com o Secretário Gabriel Sampaio fosse extraordinário, estreito e diário. Aprendemos, por isto, a respeitar, a ver naquele jovem, iniciando-se na vida pública, um verdadeiro líder que, pouco a pouco foi galgando os postos mais importantes deste Estado, vindo a ocupar a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, como um reconhecimento do Estado do Paraná à brilhante passagem deste homem público pela Secretaria Municipal de Educação de Maringá; vieram, depois, as campanhas eleitorais; eleito Deputado em 1974, a sua presença nesta Casa e nesta tribuna sempre foi e isto há que se louvar, de independência. Homem íntegro, sério, que combatia e combate o bom combate, que fez do seu mandato, não um instrumento em sua defesa, mas fez do seu mandato, quatro anos de peijas difíceis em favor da causa pública, fazendo com que sua figura fosse respeitada por todos deste Poder. E, hoje, a sua volta, como frisei no início, prestigiada pelos seus ex-companheiros de BANESTADO, pelos seus atuais companheiros do Tribunal de Contas, órgãos em que viveu e vive hoje o Deputado Gabriel Sampaio a sua vida pública, demonstra plenamente a confiança que a comunidade deposita nas mãos e na voz desse jovem, e ela não será, eu tenho a certeza, em momento algum, decepcionada. A comunidade de Maringá o saúda, Gabriel, como o saúda também, a comunidade paranaense, não porque o houvesse perdido, não porque a sua ausência desta tribuna representasse a ausência do seu trabalho, de sua inteligência em favor da causa pública no Estado do Paraná, mas porque sua presença nesta tribuna será por certo, mais uma voz em favor dos ideais democráticos da nossa terra.

Meus parabéns! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A fim de que os Srs. Deputados presentes e demais autoridades presentes possam cumprimentar o ilustre Deputado, esta Presidência suspende a presente sessão, por alguns momentos.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Esta Presidência declara reaberta a sessão, solicitando do Sr. 1.º Secretário a leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM 68/80

Curitiba, 24 de outubro de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa conceder um abono provisório aos funcionários civis e aos servidores militares do Estado, para ser pago somente no mês de dezembro do corrente ano.

A justificativa da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, consubstanciada na Exposição de Motivos que segue em anexo, esclarece a necessidade e a oportunidade da medida proposta.

Certo de que o anteprojeto de lei ora submetido a essa Casa de Leis merecerá o necessário apoio e sua conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Aos ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do Serviço Público Civil do Estado, aos integrantes da Polícia Militar, e ao respectivo pessoal inativo, fica concedido um abono provisório, pagável de uma só vez, durante o mês de dezembro do corrente ano, nas seguintes bases:

I — no valor de 30 por cento sobre o respectivo vencimento ou soldo básico, desde que esse vencimento ou soldo não seja superior a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros); e

II — no valor fixo de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), para aqueles cujo vencimento ou soldo básico exceda a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Art. 2.º — O abono de que trata a presente lei é vantagem autônoma e insuscetível de incorporação, não podendo servir de base ao cálculo de quaisquer vantagens.

Art. 3.º — Para atender despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 69/80

Curitiba, 24 de outubro de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, instituição financeira pública estadual vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

As pretendidas alterações são necessárias e oportunas, a fim de que o BADEP possa dinamizar seu funcionamento, mediante ajustes na estrutura de seus órgãos diretivos, com significativa contribuição ao melhor desempenho de suas atribuições.

Assim, pretende-se alterar a redação dos artigos 5.º, 7.º da Lei nº 5.515/67.

A redação a ser dada ao artigo 5.º da lei em causa, ensejará condições legais no sentido de reformular a composição e atribuições da Diretoria da entidade, modificações estruturais estas processáveis mediante posterior reforma estatutária.

Por outro lado, a proposta de alteração ao artigo 7.º, da mesma lei, visa dar ao Conselho de Investimentos do BADEP, composição mais compatível com o índice de crescimento operacional do Banco, principalmente o verificado nos últimos dois anos.

Certo de que a medida ora proposta a essa augusta Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Art. 5.º, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º — O Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, estabelecerá a composição da Diretoria e as atribuições e poderes de seus Diretores”.

Art. 2.º — O art. 7.º, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7.º — O Conselho de Investimentos terá a seguinte composição:

- a) o titular da Secretaria à qual estiver vinculado o Banco;
- b) Um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, por ela indicado;
- c) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;
- d) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;
- e) Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná — FAEP;
- f) Um representante do Governo Estadual - escolhido entre os Secretários do Estado;
- g) Os Diretores do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A;
- h) Os membros do Conselho de Administração.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 70/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Filarmônica Antoninense, a Associação Civil de Utilidade Pública, com sede em Antonina, neste Estado.

A doação de que trata o plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, conforme disposição expressamente contida, o imóvel em causa somente poderá ser utilizado para fins culturais previstos nos estatutos sociais da Entidade, e não poderá, a qualquer tempo, ser transferido a terceiros ou ter utilização diversa da prevista, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Com a medida aqui proposta, estar-se-á não só atendendo antiga reivindicação do povo antoninense, mas também e principalmente concedendo expressivo apoio ao desenvolvimento das atividades artísticas e culturais no Estado do Paraná.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente

aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à FILARMÔNICA ANTONINENSE, Associação Civil de Utilidade Pública com sede no Município de Antonina, o imóvel constituído pelo terreno situado à Rua Coronel Marçalo, esquina com a Rua Dr. Bruno, com a área total de 387,50 m<sup>2</sup>, contendo edificado sobre o mesmo um prédio em alvenaria, com 120,00 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula n.º 1143, de 13 de agosto de 1980, do Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para os fins previstos no estatuto da FILARMÔNICA ANTONINENSE, não podendo, em qualquer tempo, ser transferido para terceiros, ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 71/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos municípios signatários:

#### MUNICÍPIO

Bandeirantes

Ivaiporã

Santo Antônio da Platina

#### DATA DA CELEBRAÇÃO

05/09/80

10/10/80

05/09/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 72/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem, pela área, também especificada, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A.

As áreas cuja autorização para permuta constitui objeto do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, estão situados no perímetro urbano da sede do Município de Andirá, sendo tal permuta, necessária, a fim de regularizar a situação decorrente da implantação de novo leito rodoviário e da construção do Viaduto Andirá, sobre as questionadas áreas.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a

essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 19.625,00 m<sup>2</sup>, adquirida pelo Estado do Paraná e pelo Departamento de Estradas de Rodagem, conforme transcrições de números 3664, do Livro 3-D, fls. 251; 4495, Livro 3-F, fls. 220/21 e 5344 do Livro 3-G, fls. 184 do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, pela área de terreno com 24.210,00m<sup>2</sup>, pertencente à Rede Ferroviária Federal S/A, situadas no perímetro urbano da sede do Município de Andirá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 73/80

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem 64/80, de 09 de outubro do corrente ano, que versa sobre majoração de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1981, ora em tramitação nessa augusta Casa de Leis, tenho a honra de propor a introdução das seguintes modificações ao Plano de Lei encaminhado pela referida Mensagem:

a) elevar para Cr\$ 59,00 (cinquenta e nove cruzeiros), o valor constante do Art. 4.º do anteprojeto original, que é relativo à importância paga, por dia útil de aula efetivamente ministrada, a título de Gratificação de Regência de Classe;

b) alterar para Cr\$ 10.044,00 (dez mil e quarenta e quatro cruzeiros), no Anexo I — Tabela VI — MAGISTÉRIO, o valor de vencimento proposto para o Nível 1.

Por intermédio das modificações ora formuladas, ficará atribuída aos integrantes do nível 1, do Quadro Próprio do Magistério, regentes de classe, remuneração mensal equivalente a duas (02) vezes o salário-mínimo vigente no Estado do Paraná, já considerado o valor recentemente fixado pelo Governo Federal através do Decreto 85.310, de 31 de outubro de 1980, mantendo-se outrossim, a proporcionalidade entre as importâncias inicialmente propostas a título de vencimento e gratificação de regência.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### Ofícios:

Sob o número 85/80, do Sr. LUCINDO OTACILIO SEBEN, Presidente em exercício na Câmara Municipal de Bituruna, o qual encaminha a este Poder Legislativo voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, voto este por iniciativa do Vereador Lauro Agustini e apoiado por todos os Vereadores daquela Câmara. - Ao conhecimento da Casa.

Expediente encaminhado a este Poder, pelo Sr. SHISEI NISHIMURA, Presidente da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Norte do Paraná, o qual manifesta a esta Casa apoio ao movimento encetado por esta instituição, com a finalidade de sensibilizar os órgãos responsáveis quanto à manutenção da isenção do ICM sobre os produtos hortifrutigranjeiros, conforme pronunciamento feito pelo Deputado Ruben Valduga. Ciente. Arquite-se.

#### Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, indica o nome do Sr. Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, como membro da Comissão de Indústria e Comércio, Tomada de contas e Suplente da Constituição e Justiça, em substituição ao Deputado Lineu Turra.

Sendo o que me competia manifestar, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Renato Bernardi.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI Nº 121/80, de sua autoria, que altera a delimitação de Distritos que especifica, na Comarca de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Trajano Bastos.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº 152/80, Mensagem Governamental nº 68/80, que visa conceder abono provisório ao funcionalismo civil e militar do Estado no mês de dezembro.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Erondy Silvério.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Octávio Cesário Pereira, genitor do Excelentíssimo Sr. Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, digníssimo Secretário de Estado da Justiça.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Erondy Silvério.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção, na ata da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade catarinense de Itajaí, do Sr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA, pai do eminente Secretário da Justiça, Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior.

Com a avançada idade de 91 anos, o extinto deixa viúva a Sra. Maria de Souza Pereira, numerosa e ilustre descendência e a saudade na memória da população de Itajaí.

Isto porque, na qualidade de homem público, foi Vereador à Câmara Municipal, presidiu a Associação Rural e integrou a direção da União Democrática Nacional da referida cidade, com a dedicação própria dos autênticos líderes, que consagram definitivamente toda uma existência útil e fecunda.

Requer ainda que do presente seja dado conhecimento à digníssima família enlutada na pessoa do nobre Secretário da Justiça, Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Gilberto Carvalho.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA, ocorrido na cidade de Itajaí - Santa Catarina.

O extinto, foi vereador do Município de Itajaí, pela extinta UDN, começou sua vida pública no antigo Partido Republicano ao lado da família Konder, era muito admirado por todos que granjeavam de sua amizade. Era viúvo da Sra. Maria Cesário Pereira, e pai do Sr. Octávio Cesário Pereira Júnior atual Secretário da Justiça do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) Luiz Alberto Oliveira.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 31 de outubro próximo passado, do Sr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA, no vizinho Estado de Santa Catarina.

Tal passamento consternou os meios políticos de nossa Capital, em virtude do falecido ser genitor do Sr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JUNIOR, atual Secretário da Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Doutor OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JUNIOR, à Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

a) João Mansur.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, ouvido o Plenário, a manifestação de profundo pesar do Poder Legislativo e a inserção nos Anais da Casa deste sentimento, pelo passamento do jovem Genecy de Sousa Guimarães Junior, residente no Município de Londrina.

Requerem, outrossim, que se dê ciência deste ao Sr. Genecy de Souza Guimarães, pai do extinto, à Rua Darcirio Egger, nº 391, Jardim Shangri-la, Zona B, em Londrina.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1.980.

aa) Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz e José Tavares.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do DR. CORDOVAN DE MELLO, ocorrido em UNIÃO DA VITÓRIA.

O extinto era advogado militante naquela comarca, Ex-Vereador e Ex-Presidente da Liga Esportiva Regional Iguaçu de União da Vitória, funcionário aposentado da Secretaria de Educação, onde exerceu altos cargos entre os quais: Diretor Geral daquela Secretaria, Delegado de Ensino, Diretor do tradicional Colégio Túlio de França de União da Vitória, deixa consternação ao seu grande círculo de amizades, bem como à família tradicional daquele município, pois tinha destacada participação na sociedade, estando sempre presente

em todos os movimentos em favor da coletividade, constituindo-se sempre exemplo para toda a sociedade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, à Rua CASTRO ALVES, n.º 110 em UNIÃO DA VITÓRIA.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Adalberto Daros.

APOIAMENTO: Fabiano Braga Côrtes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata da presente sessão de um voto de pesar pelo falecimento de NEUSA FELICIANO DEL-DOTO, professora de Educação Física em Lunardelli, ocorrido em plena atividade desportiva em defesa da equipe representativa do seu município. A extinta, pessoa das mais prestigiosas no seio da comunidade em que viveu, deixa viúvo o Sr. Anésio Deldoto e um filho menor.

Juntamente com as condolências desta Casa, requer também que do presente seja dado conhecimento à família enlutada e ao Presidente do III JOGOS, que ora se realiza em São Pedro do Ivai.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. ITACY FERREIRA MARTINS, ocorrido no mês de outubro passado, no Município de Curitiba.

Outrossim, requer que se dê ciência aos familiares do falecido.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Jurandir Messias.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Itacy Ferreira Martins, nascido em Reserva, atualmente funcionário da Secretaria de Transportes na qual desempenhava sua função com grande afinco, pessoa de inegável qualidade, além de intimamente ligada à família, sendo que, seu desaparecimento abriu uma lacuna irreparável, tanto nos meios sociais daquela Secretaria como entre seus familiares e amigos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de congratulação à SANDRA REGINA GIROLDO, pela edição de seu livro poético - "Reflexo dos Tempos", o qual vem a ser um veículo a mais na divulgação da cultura paranaense.

Requer, outrossim, aprovado este dê-se ciência da decisão da Casa à mencionada escritora.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo, pelo transcurso do 247.º aniversário de fundação do Município de Morretes.

A história de Morretes teve seu início em 1721, quando o Ouvidor Rafael Pires Pardiniu determinou à Câmara Municipal de Paranaguá que medisse e demarcasse 300 braças em quadra, para servir de localização à sede da futura povoação de Morretes. Posteriormente, o Ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto revogou os provimentos do Ouvidor Pardiniu mas a Câmara representou ao Rei de Portugal, e este, mais uma vez, confirmou os provimentos e, em 31 de outubro de 1.733, a Câmara Municipal de Paranaguá procedeu a medição e demarcação das terras, no Porto onde residia o rendeiro João de Almeida, para sede da futura povoação.

Pela Lei Provincial n.º 188, de 24 de maio de 1.869, recebeu a denominação de Nhundiaquara. Entretanto, em virtude da Lei n.º 277 de 7 de abril de 1.870, voltou a denominar-se definitivamente Morretes, nome que se originou do fato de estar a cidade cercada por pequenas elevações, donde surgiu a diminutivo de "Morretes".

Hoje, passados 247 anos de sua fundação, Morretes se constitui numa das principais cidades do nosso litoral. Conta com aproximadamente 20.000 habitantes e sua economia está alicerçada na agricultura e nas culturas permanentes, destacando-se nesse setor a produção de banana, cana de açúcar, laranja e outros produtos nativos. Atualmente os agricultores do município estão se dedicando ao plantio de café, produto que sem dúvida dará novas perspectivas à economia do município. Conta ainda o município com várias indústrias de madeira, papel, aguardente e outras.

No setor religioso encontramos em Morretes igrejas seculares e anualmente são realizadas festividades comemorativas, destacando-se a festa do Divino Espírito Santo no mês de julho e a de Corpus Christi, no dia 8 de setembro.

A atual administração municipal é constituída pelo Poder Executivo, na pessoa do ilustre Prefeito Marcy Alves Pinto; do Poder Legislativo, representado pelos Vereadores: Dr. Narelvi Carlos Malucelli, Presidente; Luiz Felipe da Silva, Primeiro Secretário; Mercolino Campolino da Cunha, 2.º Secretário e Carlos Cesar de Lima, Moacyr França, Fernando Renato de Miranda, Josemar Brasil Silvério, Cícero Luiz Consentino e Antonio Carlos Vidal Pinto. - O Judiciário é representado pelo Dr. Edgar Latrônico, digníssimo Juiz de Direito e Dr. Sant'Clair Honorato Santos, Promotor Público da comarca.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Prefeito Municipal de Morretes, Sr. Marcy Alves Pinto e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Narelvi Carlos Malucelli.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Nelson Buffara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne um "VOTO DE REGOZIO" pela passagem do 19.º aniversário de CAMPINA DA LAGOA.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980.

a) Darcy Deitos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne um "VOTO DE REGOZIO", pela passagem do 19.º aniversário de Ubiratã.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) DARCY DEITOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, SOLICITA, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. MIGUEL GUSKOW, MD. Procurador da República, Chefe Substituto no Estado do Paraná, esclarecimentos sobre representação formulada por Nicanor Maciel César, contra LUIZ BONATTO, nos termos do Art. 2º, § 2º, do Dec.-Lei nº 201, cuja documentação foi protocolada na Procuradoria da República do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tal solicitação que fazemos nesta oportunidade, prende-se a uma série de irregularidades cometidas ao longo da administração municipal de Luiz Bonatto, frente ao Executivo medianeirense, onde, através de representação popular, busca-se justiça pela apuração competente dos fatos e denúncias havidas contra o citado interventor, que, segundo a opinião pública em geral, uniu em torno do vício do mandato prolongado, o Poder Legislativo e Policial, para a promoção do arbítrio, de perseguições e opressão.

Do acervo documental que instrui a ação popular, encaminhada contra o representado, aguarda-se apenas a comprovação por parte do Ministério Público Federal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, solicitando informações a respeito do não funcionamento da Escola Premem, do Jardim Bandeirantes, de Londrina.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Em razão das inúmeras interpelações que me têm sido feitas, no sentido de se esclarecer o porquê do não funcionamento e aproveitamento, no período vespertino, das instalações do aludido estabelecimento, eis que, além do grande desperdício, incorre em grande prejuízo à população do Jardim Bandeirantes, um dos mais populosos de Londrina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um monocal telefônico na localidade de Platina, Distrito de Santo Antônio da Platina - PR.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade do distrito de Platina, Município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, em anexo relacionada através de abaixo assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, requerer a reinstalação de um monocal telefônico nesta localidade, que possui uma população aproximada de mil habitantes, um número aproximado de duzentas

casas residenciais, contendo uma indústria de transformação de derivados de leite Laticício Nova Platina; bem como duas olarias, uma filial da Cooperativa Platinense dos Cafeicultores, uma Estação Ferroviária da Rede Federal; cinco casas comerciais, um grupo escolar com ensino de primeira à quarta séries.

O referido distrito situa-se a sete quilômetros da sede municipal, a qual não conta com uma comunicação rápida para casos de urgência ou emergência, que venham a surgir.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente da República, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura, um voto de integral apoio ao manifesto dos suinocultores da região Oeste e Sudoeste do nosso Estado, e também dos suinocultores sulinos, rogando, ao mesmo tempo, a tomada de medidas enérgicas, entre elas a fixação do preço mínimo.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná, detentor do maior rebanho de suínos do País e contando também com o maior número de produtores, está vivendo dias de tensão social, com prenúncio de mobilizações que inevitavelmente trarão consequências imprevisíveis, sob todos os aspectos, caso o Governo não tome medidas enérgicas, objetivando solucionar os problemas existentes, com base nas sugestões apresentadas nos Manifestos dos Suinocultores (documentos inclusos), que estão sofrendo na própria pele a caótica situação e, justamente por isso, devem ser ouvidos em primeiro lugar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, e ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Desburocratização, no sentido de viabilizarem, de forma mais humana, o sistema de pagamento do PASEP, aos funcionários públicos, através do crédito diretamente na folha, evitando as filas quilométricas no Banco do Brasil, provocando a quebra do ritmo de atendimento normal do estabelecimento financeiro.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, no qual justificamos seja adotado um sistema mais humano e sobretudo desburocratizante, que venha de encontro aos reclamos dos beneficiários do PASEP, evitando-se a vergonhosa modalidade vigente, que, com as filas quilométricas nas agências pagadoras do Banco do Brasil, ocasionam verdadeiros transtornos no atendimento normal dos estabelecimentos bancários.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos, por circunstâncias de um processo evolutivo, procurando desburocratizar diversos setores da vida pública, bem como vários segmentos da sociedade brasileira. Criou-se o MINISTÉRIO DA DESBUROCRATIZAÇÃO, visando agilizar as repartições públicas e privadas, mas, infelizmente, ainda necessitamos desburocratizar certos atendimentos, oferecendo maiores e melhores condições humanas aos servidores públicos brasileiros.

As grandes filas do PIS, praticamente foram extintas, pois hoje os abonos são processados pelas empresas sob o

comando da Caixa Econômica, através de carnês específicos.

No entanto, o sistema do PASEP é vergonhoso. Não se admite que, todas as vezes, por ocasião do pagamento das parcelas a que o funcionário público tem direito, existam as filas quilométricas nas portas do Banco do Brasil. É, sem dúvida, vergonhoso, e sobretudo constrangedor, além de provocar enormes contingentes humanos travando o ritmo de trabalho normal do estabelecimento bancário.

Então, venho sugerir, a exemplo do que se vem fazendo com o PIS através da Caixa Econômica, seja efetuado o pagamento diretamente aos beneficiados pelo sistema de carnês nas próprias repartições públicas.

O processo depende, exclusivamente, de um critério a ser adotado pelo setor público, podendo ainda os créditos serem creditados em folha de pagamento ou em holerites, evitando-se, desta forma, a perda de tempo do serventário público, e ao mesmo tempo, oferecendo condições mais humanizantes.

Portanto, cabe ao Banco do Brasil adotar essa sugestão que visa sobretudo dar aos beneficiados do PASEP, um atendimento digno e sanando, sobretudo, um problema que se repete em todo o País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, e ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, solicitando a instalação de uma agência do FUNRURAL, em Toledo.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação acima solicitada, viria facilitar o atendimento, não só aos contribuintes do município, como aos de outras comunidades adjacentes, aliviando assim, a carga de serviços já existentes na Agência de Cascavel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, regimentalmente, o envio de ofício aos Excelentíssimos Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando que Suas Excelências se dignem determinar as medidas necessárias para a construção de sala de aula em Lagoinha, Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

#### JUSTIFICATIVA:

A sala de aula existente em Lagoinha, é insuficiente para o atendimento das crianças em idade escolar que ali residem.

Como consequência, as aulas estão sendo lecionadas no recinto da Igreja, e apesar dos reiterados pedidos formulados no sentido de se construir nova sala de aula, nada foi realizado até agora.

A medida é justa e sua execução é urgente, razão pela qual dirigimos o presente apelo.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 153/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as exigências preliminares contidas na Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

A Associação do Deficiente Motor, tem por finalidade promover o bem estar e o ajustamento em geral dos indivíduos portadores de deficiência motora, estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos indivíduos de forma a ajustá-los no meio social.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares, e a posterior aprovação do presente plano de lei.

##### PROJETO DE LEI Nº 154/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O Art. 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter o seguinte inciso:

“IV — O tempo de serviço prestado em atividades regidas pela Legislação da Previdência Social Federal”.

Art. 2.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 04 de novembro de 1980.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal amplia a faculdade de se estabelecer a reciprocidade na contagem de tempo de serviço prestado a entidades empresariais, aos Estados e Municípios.

Basta, para tanto, consoante dispõe a referida lei, que os Estados e Municípios consagrem, por intermédio de normas próprias, a mesma sistemática, que é o objetivo do presente projeto.

O Presidente João Baptista Figueiredo já encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que estende aos servidores públicos estaduais e municipais a contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

O projeto é o seguinte:

Art. 1.º — O artigo 3.º e o inciso IV no artigo 4.º da Lei número 6226, de 14 de julho de 1975, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º — O disposto nesta lei estender-se-á aos servidores públicos dos Estados e Municípios que assegurem, mediante legislação própria, a contagem de serviço prestado em atividade regida pela LEI 3807, de 26 de agosto de 1960, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, pelos cofres estaduais ou municipais”.

“Art. 4.º — O tempo de serviço relativo à filiação obrigatória dos segurados-empregadores, dos empregados domésticos, dos trabalhadores autônomos, bem como tempo de atividade dos religiosos, de que trata a Lei número 6696, de 08 de outubro de 1979, somente será contado se for recolhida a contribuição devida à previdência social urbana”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor em 01 de março de 1981, devendo seu regulamento ser expedido até aquela data.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

##### PROJETO DE LEI Nº 155/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada “Reserva V”, com 12.646,00 m<sup>2</sup>, situada entre as ruas Rio de Janeiro, Santa Catarina, General Osório e Duque de Caxias, da cidade de Cascavel, objeto da

matrícula número 9063 - P - 17.362.

Art. 2.º — O terreno, objeto do presente contrato, destina-se à área de lazer para a população.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(a) RENATO BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de atender inúmeras reivindicações formuladas pela Câmara Municipal de Cascavel, entidades de classe, lideranças comunitárias e o povo em geral, e com o propósito de dotar aquela cidade de mais uma praça pública e área de lazer, o que aliás é um dos aspectos negativos sob o ponto de vista urbanístico que se observa naquela metrópole do Oeste paranaense, é que apresentamos este projeto de lei, na certeza de que contamos com o apoio e a aprovação de nossos nobres Pares e de Sua Excelência o Governador Ney Braga.

Em anexo, juntamos cópia do documento relativo à área a ser doada, fornecido pelo Registro de Imóveis, 2.º Ofício, da Comarca de Cascavel.

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — O Serviço de Segurança criado pela Resolução nº 01/63, e estruturado pela Assembléia através do Decreto Legislativo nº 187/80, com poderes que lhes foram outorgados pelo Art. 8.º da Lei nº 7289, de 27 de dezembro de 1979, será subordinado administrativamente à Diretoria Geral.

Art. 2.º — Integrarão o Serviço de Segurança, funcionários especializados do Quadro de Pessoal da Secretaria, recrutados e designados pela Diretoria Geral.

Art. 3.º — O Serviço de Segurança terá como Coordenador Geral, um funcionário público civil ativo, de nível superior que tenha certificado de conclusão do Curso de Criminologia da Escola de Polícia do Estado do Paraná.

Art. 4.º — As normas técnicas de funcionamento serão propostas pelo Coordenador Geral ao Diretor Geral da Assembléia, o qual após aprová-las, baixará portaria estabelecendo as respectivas condições.

Art. 5.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

BASÍLIO ZANUSSI

LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Políticos inescrupulosos, tal qual como aves de rapina, tentam desavisado e abusivamente em Paranaguá, denegrir minha imagem com os trabalhadores daquela cidade, insinuando que eu, Nelson Buffara, sou favorável às multinacionais e deixo de defender os direitos dos trabalhadores daquela terra.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esses políticos, o meu desprezo. Mal sabem eles do posicionamento que tenho em Paranaguá, com os trabalhadores; do prestígio que recebi depois da tentativa de jogar-me contra aquela classe no domingo passado, Dia de Finados.

Mal sabem esses políticos das raízes profundas que mantenho com esse eleitorado parnanguara, que tem me levado sucessivamente a vitórias consagradoras, graças à compreensão

e estima que a mim é tributada por esse tipo de operário, do trabalhador e eleitor de Paranaguá.

Alegam esses políticos, que estou defendendo uma multinacional, composta por fimas como COTRASA, TRANSPESCA e TAPAJÓS. Se são multinacionais essas empresas, também multinacionais são Hermes Macedo, Prosdócimo, Mercadorama, Demeterco e etc.

Só na mente doentia e perniciosa desses políticos, é que pode pairar essa dúvida, tentando mostrar uma imagem que não tenho em Paranaguá, pretendendo ocupar um lugar que é nosso e quase sempre foi; lugar esse que eles ocuparão somente com a minha morte.

Irei lutar com as mesmas armas que eles me combatem, no meu reduto que é Paranaguá. Mostrarei a esses políticos que não têm dignidade, que saberei, com o maior ardor e capacidade de trabalho, enfrentá-los na luta, e que eles escolham as armas.

Quero outrossim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na mesma oportunidade que me mostrei favorável ao sistema ROLL-ON-ROLL-OFF, implantado em Paranaguá, porque esse sistema até hoje, ratifico, não tirou uma tonelada sequer da mão-de-obra dos trabalhadores de Paranaguá. Quando isso ocorrer, inverterei a minha posição; irei defender o trabalhador parnanguara.

Mas, na mesma oportunidade em que defendia, fiz um apelo à empresa que agencia esse sistema de carga em Paranaguá, pedindo que eles requisitassem mão-de-obra do estivador, do arrumador, do vigia, do portuário, do conferente, etc.

Mas não sei fazer demagogia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que faço nesta Assembléia, não levo ao conhecimento da imprensa, faço por um dever de consciência, por um dever de gratidão ao povo de Paranaguá.

E quero dizer a esta Casa Legislativa, que sei o que faço, sei como agir e agirei com o rigor que se fizer necessário, todas as vezes que tentarem me injustiçar na cidade onde eu nasci, onde meus pais estão enterrados, onde um dia me servirá de berço para o outro mundo.

Não admito que político nenhum tente insinuar inverdades, coisas que não condizem com a verdade. O dia que eles quiserem me criticar, que o façam abertamente, mas dentro de um critério de justiça.

Quando eu errar, dou a mão à palmatória. Quando cometer um desatino, procurarei me penitenciar. Mas, não vai ser com embustes e farsas que eu admitirei que minha imagem seja denegrada por políticos que, de mim, só merecem o desprezo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O modelo econômico implantado neste País a partir de 64 para cá, tem gerado grandes distorções sociais na vida do povo brasileiro.

É o desemprego em massa, é o sub-emprego, é a fome e a miséria que vêm sendo desencadeados neste País como reflexo de um modelo concentracionista e que está mais a serviço das grandes empresas multinacionais do que a serviço do povo brasileiro.

E, como resultado deste modelo perverso e selvagem, tem sido o País vítima de eclosões sociais como forma de desabafo por parte de classes trabalhadoras que não suportando o arrocho salarial, não suportando uma política salarial concentradora, injusta e desumana, vêm na greve a sua única e última forma de protestar e de reconquistar direitos que perderam ao longo desses 16 anos.

Ontem foram os metalúrgicos do ABC; hoje são os profes-

sores do Paraná e também os Delegados de Polícia de carreira deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Curioso é que esta categoria funcional, membro da Administração do Governo, que é a Polícia, é uma instituição que dificilmente recorre a esse tipo de argumento para ver prevalecer os seus direitos.

E se a Polícia do Paraná, pela segunda vez em um ano, decide deflagrar um movimento que ontem chamaram de greve branca e que hoje eles chamam de movimento de segurança e justiça, é porque realmente as coisas não estão mais dando condições de serem suportadas.

Este Deputado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem sido desta tribuna aquele que, sem medo nenhum, tem feito as mais violentas críticas à forma como a Polícia do Paraná vem se conduzindo, quer em razão da corrupção implantada neste organismo, quer em razão da omissão, quer em razão da inoperância, quer em razão dos desmandos.

Mas não posso, de forma alguma, silenciar; não posso me calar diante de uma triste realidade que é o que os policiais civis do Paraná vêm percebendo, a título de salário...

**(TUMULTOS NO PLENÁRIO – BRIGAS)  
(TÍMPANOS).**

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) A Mesa suspende os trabalhos, até que os ânimos sejam acalmados.  
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Está reaberta a sessão.

Com a palavra, para continuidade, o Sr. Deputado José Tavares.

A Mesa comunica a Vossa Excelência, que tem dois minutos para concluir.

O SR. JOSÉ TAVARES – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu falava que, para uma classe como o policial, decidisse no período de um ano entrar ou paralisar suas atividades como forma de sensibilizar o Governo para suas reivindicações, é porque as coisas estão realmente, insuportáveis.

Mas não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma instituição ou alguns membros desta instituição, possam usar como forma de pressionar o Governo a sensibilizar-se diante de suas pretensões, é dizer que daqui para frente eles vão impor todo o rigor ao combate do jogo do bicho, e exploração do lenocínio do Paraná.

Não sei se foi a Associação dos Delegados, ou alguns Delegados que tenham feito tal afirmação, mas a verdade é que está estampada na "Tribuna do Paraná" de ontem: "Fórmula dos Delegados para pressionar o Governo: Rigor ao jogo do bicho e ao lenocínio".

Vejo nesta afirmação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, duas sub-afirmações.

A primeira, é que o Governo do Estado do Paraná, ou mais precisamente os seus dirigentes, estão acobertando, protegendo os exploradores do jogo do bicho e do lenocínio.

A segunda, a própria instituição, através destes delegados, vem confessar publicamente a omissão e até sua conivência porque, tanto o jogo do bicho quanto o lenocínio, constituem infrações penais, e os delegados têm o dever moral de reprimi-las, porque são pagos exatamente para isso.

Agora, quanto às reivindicações da Polícia, tais como Estatuto da Polícia Civil, porque o vigente data de 74, e é mais um código disciplinar do que um estatuto, onde prevê direitos e deveres, esta reivindicação é justa; equiparação salarial dos delegados aos Promotores, também é uma reivindicação justa, porque vejo no Delegado, no bom Delegado, a mesma figura que vejo no bom Promotor.

A incorporação dos 120 por cento correspondente à gra-

tificação por tempo integral, de dedicação exclusiva, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma reivindicação justa, e que este Deputado, no mês de maio deste ano, fez um apelo formal ao Sr. Governador do Estado, para que encaminhasse...

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES – Nobre Líder, estou falando no Pequeno Expediente, e não cabe apartes, Vossa Excelência sabe disto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Então, indagaria da Mesa se é realmente Pequeno Expediente.

Indagaria também quantos minutos se concedem, no Pequeno Expediente, a cada orador.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) É Pequeno Expediente. Cinco minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Tenho impressão que estamos no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica a Vossa Excelência, que já tinha dado o alerta de tempo esgotado.

O SR. JOSÉ TAVARES – Prossigo e concluo, Sr. Presidente, dizendo que esta gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva...

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, se o precedente que a Mesa está abrindo hoje for válido, Vossa Excelência não terá mais condições de exigir cumprimento de horário de nenhum orador que se encontre na tribuna.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) A Mesa não abriu precedentes, nobre Deputado.

Deu apenas um segundo para o Deputado concluir. Se o Deputado não concluir, sou obrigado a cortar a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES – Vossa Excelência me permite que eu conclua, Sr. Presidente?

Fui interrompido por um fato lamentável que ocorreu nesta Casa.

Agora estou sendo interrompido pelo nobre Líder do Governo, que talvez não quer ouvir verdades. Não tenho culpa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Pelo contrário, queria rebater as falsidades que Vossa Excelência está falando da tribuna.

O SR. JOSÉ TAVARES – Falsidades no entendimento de Vossa Excelência.

Não estou usando de falsidades.

**(Soam os tímpanos).**

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. A Mesa avisou-lhe por três vezes.

Está com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Concluo as palavras do Deputado José Tavares: "O Governo acoberta realmente a Polícia, que é corrupta no Estado do Paraná".

(Lê): "Enquanto o Vice-Presidente da República, Sr. Arelano Chaves, dá um espetáculo na televisão brasileira, o álcool combustível passa por maus pedaços em todo o País.

No comércio, a exemplo de outros muitos produtos necessários à casa e à família brasileira, está sujeita a remarcação diárias, para acompanhar "por dentro" as margens de lucros que fixaram os intermediários.

Por exemplo: num Supermercado da Rua Westphalen, havia álcool hidratado da COPERSUCAR a Cr\$ 61,50 e a Cr\$ 72,40, o mesmo produto. Outras marcas custam Cr\$ ..

56,00. No Mercadorama, o mesmo álcool da Copersucar estava a Cr\$ 45,40.

Está faltando polícia para prender tanto ladrão. E o pouco de polícia que existe está ameaçando e prendendo favelados, como suspeitos de todos os delitos.

O Vice-Presidente da República, ao tentar a defesa, fez a maior acusação à política do Governo a respeito dos derivados de petróleo. O Sr. Aureliano Chaves leu e entendeu as preocupações dos mais importantes economistas mundiais, isso em 1.972. Os governos de lá para cá, se leram não quiseram mudar sua política: ainda estava fazendo a negociata nuclear e acalentavam o sonho dos faraós.

Fica muito difícil mudar racionalmente qualquer coisa neste País se desde os começos dos projetos já entram as empreiteiras, os sócios dos tecnocratas, e a divisão dos lucros entre os participantes diretos e indiretos dos programas.

O problema brasileiro não está apenas em definir alternativas.

Exemplo: o programa nuclear é produto de corrupção com os sonhos de grandeza; uma soma que embala a tecnocracia militar e civil. Hoje pode ser classificado como o símbolo da corrupção e da incompetência governamental.

Depois de um programa assim, confirmam-se as suspeitas de que não podemos atingir a racionalidade de Governo porque o roubo e as negociatas não são racionais.

O povo brasileiro não merece o governo que tem.

O povo está desperto. Conhece problemas como o do feijão, milho, suinicultura, terra, educação, saúde, combustíveis. O povo sabe quais seriam as soluções, mas o Governo sabe e não quer. O Governo não está interessado em que todos os brasileiros comam, vão à escola, tenham assistência médica, tenham terra e educação.

O Governo brasileiro está preocupado em como criar negócios para cada um desses setores; como fazer da educação, comércio; da saúde, comércio; da comida, comércio. O Governo está preocupado em resolver um problema de empresas, ajustar a situação de empresários, principalmente os empresários internacionais.

Os preços devem ser "internacionais", devem gerar bastante lucro. E como os preços devem ser os internacionais, e o povo tem apenas salários nacionais, salários regionais, não está dando certo.

Assim, o povo não pode comprar terra, não pode comprar educação, não pode comprar saúde, não pode comprar comida.

Este é o modelo brasileiro.

Está tudo certo, só que o povo não pode comprar. A culpa seria do povo, que não pode comprar.

O programa do álcool, o programa do etanol de madeira, o programa do pró-óleo, o programa do pró-carvão, o programa do pró-desenvolvimento estão muito certos. O povo brasileiro é que está errado; deveria ser outro povo...

E nós achamos que deveria ser outro governo. Não queremos mudar de povo; queremos é mudar de governo.

O programa de construção de usinas nucleares não conta nem mesmo com o apoio do Vice-Presidente da República. Ele não pode opinar, não pode ajudar a mudar esse programa infeliz. É uma imposição de interesses que não são nacionais, mas não pode ser mudado...

O Ministério das Minas e Energia está fazendo um leilão internacional de nossas riquezas do sub-solo. Criou os contratos de risco mas eles não deram em nada até agora. Mas as companhias estrangeiras não vão perder: o Brasil pobre vai pagar cada centavo de dólar investido em prospecção e perfurações.

O Brasil vai pagar o risco que não houve. E também o petróleo que não tem.

Há 60 anos, aqui no Paraná, sabe-se que estão a céu aber-

to as jazidas de xisto pirobetuminoso. Há 20 anos que nossos técnicos descobriram um sistema de processamento do xisto, adequado à sua composição. Há 20 anos que se estudam os estudos que serão estudados para produzir o petróleo do xisto. Construíram as casinhas e mansões para os técnicos; a caixa d'água, os mercados e serviços, os arruamentos.

Porém, a exploração está ainda numa Usina Piloto que deverá levar mais cinco anos para funcionar plenamente.

Enquanto isso, os grupos internacionais farejam os negócios ali.

A produção de cana vai ocupar o lugar da lavoura de subsistência. Em vez de feijão, do milho, do arroz, de comida, haverá cana para abastecer os automóveis. E os preços dos combustíveis serão internacionais, para poder vender bem, tanto o açúcar que falta na mesa do pobre, como o álcool hidratado que falta ao profissional que utiliza o carro — com lucratividade muito boa para a Petrobrás e as multinacionais.

Se não podemos mudar de governo, teremos que mudar de país. Esta é a triste opção dos brasileiros."

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

Curitiba já está acostumada a abrigar "elefantes brancos" em sua paisagem. Primeiro foi o Pinheirão, que até agora vive de uma imagem triste e abandonada. Agora, outro sonho está virando pesadelo, graças a pressa que trouxe resultados negativos. Trata-se do Velódromo de Curitiba, construído às margens da Av. Centenário. Sua implantação se deu num tempo record de 50 dias, aparecendo com muitos defeitos técnicos, impossibilitando seu aproveitamento. Milhares de cruzeiros foram ali sepultados, na evidente prova de mal aproveitamento do dinheiro público. Nasceu baseado em informações teóricas. Nasceu praticamente morto.

Os técnicos que autorizaram a construção do Velódromo não observaram detalhes oficiais e muito menos consultaram especialistas em ciclismo, gerando uma pista olímpica errada, sem condições de uso. A medida de 333 metros de comprimento por 6,5 metros de largura é a ideal, porém não foi observado o item que prevê o grau de inclinação. Um grave erro, que deixou uma pista com 5 graus de inclinação na reta (oficialmente são 15 graus) e 47 graus na entrada da curva (o oficial e ideal é de 43 ou no máximo 45 graus). Desta forma o ciclista não consegue ficar em cima de sua bicicleta, nem com malabarismo. Ou cai direto ou então o próprio pedal da bicicleta atinge o chão, derrubando o atleta.

A recuperação do Velódromo se faz urgente e necessária, pois o PARANÁ está perdendo pontos preciosos no ciclismo, já que há dois anos vem transferindo e adiando provas nacionais e internacionais que já estavam marcadas para Curitiba, pelo calendário oficial. Nossos ciclistas estão deixando o Estado, em busca de novos rumos. A maioria vai para São Paulo e passa a defender outras marcas e lugares, em detrimento do nosso Estado. Dos atletas convocados para a Seleção Brasileira de Ciclismo, que no dia 10 de dezembro vai disputar uma prova internacional no Chile, dez são do Paraná. Acontece que somente dois deles é que estarão vestindo nossas cores, pois os outros vão competir pela Pirelli (4), Caloi (3) e Palmeiras de SP (1). Poucos são os ciclistas que ficam aqui, porque não encontram apoio e nem condições de treinamento. Muitos lutam com seus próprios recursos e olhe que a bicicleta mais barata gira em torno de 45 mil cruzeiros. A bicicleta especial, usada em São Paulo, está entre 90 e 100 mil cruzeiros. Um pneu custa hoje um mil e duzentos cruzeiros. Geralmente em cada prova o atleta perde pelo menos dois pneus.

No próximo dia 19 será realizada a "Taça Brasil", em

São Paulo. A equipe de Curitiba está treinando nas ruas da cidade, sem condições de treinar no Velódromo. A equipe de Arapongas foi para São Paulo, onde ficará treinando. No Paraná estamos com mais de 230 ciclistas participando de competições. Já deixamos de sediar dezenas de provas, inclusive do Campeonato Brasileiro e do Pan Americano de Juniors. Guido Costa (técnico italiano) e Jean Timão (técnico da Confederação Brasileira de Ciclismo), o mesmo que levou a nossa equipe a Moscou, estiveram em Curitiba. Levantaram os erros, observaram detalhes e apontaram as soluções. Fica faltando a boa vontade de nossos administradores para cuidar de um problema que diz respeito ao nosso mundo esportivo, mas que, principalmente, coloca em jogo a bandeira do PARANÁ."

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa tem sido testemunha dos apelos insistentes que temos feito em favor de estradas interligando as regiões Oeste, Centro Oeste e Noroeste do Estado do Paraná. E, em vários requerimentos que esta Casa tem aprovado, as respostas que os eminentes Secretários de Transportes e o Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem têm feito é no sentido de que o Governo do Estado, depois de determinar a sua trajetória administrativa, dá a entender, que não altera o seu plano antes traçado.

E, esta resposta insistente do Secretário de Transportes, tem nos causado séria preocupação, Sr. Presidente, no sentido de que, se as populações mais laboriosas, se os trabalhadores que mais representam em termos de divisa, para o Estado e para o Brasil, é porquê, algo de muito sério está ocorrendo a nível de Governo.

A nossa preocupação em reformular traçados, em rearticular programas, em promover novos projetos de construção, de pavimentação e de correção de trechos de estradas tem um único e específico objetivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a de melhor integração da economia e das populações do Oeste, Sudoeste e Noroeste do Estado do Paraná.

Por exemplo, no Município de Guaraniaçu, de Catanduvas, de Capitão Leônidas Marques, passando por Catanduvas e agora também Três Barras e indo a Quedas do Iguaçu, se torna um trecho, no nosso ver de real prioridade. Por que, Sr. Presidente?

Pelo fato de dali daquela região margeando o Rio Iguaçu, no Oeste do Paraná, ser uma das mais promissoras e produtivas de produtos básicos da alimentação, de produtos destinados à exportação como é o caso do milho. A manutenção do grande parque de suínos ali existentes e seria de todo necessário que o Governo fizesse com que os seus técnicos apreciassem esta reivindicação de trabalhadores através dos seus sindicatos, através das associações representativas, através mesmo da classe política e não só deste Deputado como também de Deputados ligados ao seu partido.

E o Secretário de Transportes já na terceira ou quarta assertiva diz que a inclusão de rodovias municipais na rede conservada pelo D.E.R., órgão vinculado à Pasta da Secretaria, não é viável no momento, pois o referido órgão mantém na atualidade um número de rodovias superior à sua real capacidade.

Ora, se o Estado declara que não tem capacidade, não tem viabilidade, não há recursos para promover a integração e a construção de outras rodovias é porque este Estado precisa rearticular seu programa, suas metas e os seus homens de administração.

Está na hora, Sr. Presidente, dos Secretários e dos chefes dos Departamentos viajarem pelo Oeste do Paraná e ve-

rificarem a grave situação das estradas daquela região que é das mais produtoras e que carrega recursos dos mais auspiciosos para os cofres estaduais e federais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje e neste preciso momento estão reunidos em Brasília com o Sr. Ministro da Agricultura, uma Comissão de Suinocultores do Paraná da região Oeste e Sudoeste de nosso Estado, assim como representantes também da suinocultura do vizinho Estado de Santa Catarina e do Estado do Rio Grande do Sul. E nós vamos usar este pequeno espaço de cinco minutos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para deixar um alerta aqui. Porque o movimento que se avizinha e que deverá ser promovido pelos suinocultores do Paraná e apoiado por entidades de classe e por todos aqueles de bom senso, realmente vai fazer com que o nosso Estado ocupe as manchetes do noticiário nacional.

E por outro lado vai mostrar até, se isto acontecer, uma certa inoperância do setor da agricultura do Estado do Paraná, em apoiar devidamente e trazer para si as reivindicações mais justas e mais imediatas que a suinocultura do Paraná está vivendo.

Hoje, como acabei de dizer neste momento, em Brasília, ainda numa última tentativa, porque terça-feira passada, esta mesma comissão esteve reunida também com o Ministro da Agricultura, e voltaram hoje os seus integrantes, para que se possa obter uma solução.

Mas gostaríamos, para que os nobres Srs. Deputados, principalmente aqueles que não têm uma convivência maior com o problema, de ler aqui um documento, um boletim, que foi elaborado pela comissão de representantes de suinocultores do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O boletim diz o seguinte:

Por quê? — É a pergunta, para produzir um quilo de porco, o suinocultor gasta 58 cruzeiros, ao vender um quilo de porco recebe, do frigorífico apenas, hoje, 39 cruzeiros? O consumidor ao comprar no mercado qualquer produto de origem do porco paga preços constantes da tabela abaixo.

Permitiria-me ler para ver exatamente a diferença aviltante entre o produtor e o preço que o consumidor paga no mercado de hoje. Como dissemos, o produtor do suíno está vendendo o suíno hoje a 39 cruzeiros, tendo 19 cruzeiros de prejuízo por quilo e, no entanto, o preço vendido hoje no mercado, a paleta, na região Oeste do Paraná, região produtora, 140 cruzeiros, em São Paulo, 168. Lingüiça 160, em São Paulo 180. Salame 170, em São Paulo 192. Banha 53, em outras regiões 63. Lombinho 240 cruzeiros, em São Paulo 284. O coração 80 cruzeiros, em São Paulo 96. O bacon 260 o quilo, em São Paulo 320. O pernil 140 cruzeiros, em São Paulo 172. A barriga defumada aqui 145 cruzeiros, em São Paulo 174. O salame 235, São Paulo 236. Numa diferença, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente das mais espantosas. Numa ação que chega até a ser criminosa, não só por parte dos atravessadores mas também, principalmente, por parte do próprio frigorífico, onde este mesmo boletim diz o seguinte: o produtor de suíno não mais pode continuar sendo joguete de frigoríficos e especuladores, precisa contar e receber o preço justo pelo seu trabalho, como pagamento e retribuição pelo produto que cria.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos se aprovado, seja encaminhado ao Presidente da República e às demais autoridades da área econômica do Governo,

o seguinte requerimento:

Um voto de integral apoio ao manifesto dos suinocultores da Região Oeste e Sudoeste de nosso Estado e também dos suinocultores sulinos, rogando ao mesmo tempo a tomada de medidas enérgicas, entre elas a fixação do preço mínimo. E tornamos a repetir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se medidas enérgicas não forem tomadas, dentro de poucos dias Curitiba poderá ter uma nova população: a população suína que será solta nas ruas de Curitiba, e especialmente em frente do Palácio Iguaçu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há poucos dias, nós comentamos um edital publicado pela Caixa Econômica Federal, edital que chamava candidatos a concurso público para preenchimento de vagas naquela autarquia.

E estranhávamos os termos do edital, porque limitava a idade dos candidatos em 25 anos incompletos.

E nós dissemos, naquela oportunidade, que, para a Caixa Econômica, 25 anos já era velho. Comentávamos que os Presidentes da República de 1.964 para cá, todos eles eram jovens acima de 60 anos, e que a Caixa Econômica discriminava o brasileiro naquele edital de concurso público.

(Lendo): "Em consequência daquela manifestação, que pretendeu caracterizar o absurdo preconceito de excluir de concurso público imensa faixa de brasileiros aptos, por estarem — vejamos só — com mais de 25 anos de idade, recebemos correspondência assinada pelo médico Hélio Gaissler de Queirós, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Seção do Paraná.

E é essa autoridade quem nos chamou a atenção para o grave problema da discriminação pela idade no Brasil e nos fornece subsídios que pretendemos expor, porque é válido debater o assunto, quando, no plano federal, estuda-se um projeto que veda a aposentadoria antes do cumprimento de 55 anos de idade.

Entendemos que o assunto está sendo abordado pelo avesso. Presume-se o aposentado como um inútil, e isso é uma distorção social, preconceituosa, e ela sim deve modificar. Admite-se, como verdade, que o aposentado não mais renderá para a Nação, assumindo-se como correta a postura de negar-se ocupação a pessoas mais entradas em anos.

Acho que a aposentadoria, decorridos os 35 anos de atividade, corresponde a um prêmio, expresso em valor financeiro, nada impedindo que seu beneficiário, se física e mentalmente capaz, prossiga em atividade.

Concordamos com o geriatra que nos escreveu — o conceito de velho não deve ser etário, mas de disposição. A ele realça muito bem um exemplo: o porteiro, o ascensorista, o datilógrafo, são aposentados compulsoriamente — não interessando sua vontade, sua disposição, sua eficiência ou sua saúde. Mas, via de regra, na maioria dos países e no Brasil também, ministros e chefes de Estado têm idades acima dos 65 anos e a eles se confia o destino das comunidades.

Em congresso realizado em Londres, concluíram os geriatras, mediante pesquisas estatísticas, que o rendimento quantitativo do trabalho dos velhos é o mesmo dos jovens, e, em alguns casos, seu trabalho é de melhor qualidade. O número de faltas ao trabalho, por exemplo, diminui com a idade, mostrando maior senso de responsabilidade do idoso. O que mais lhe pesa, exatamente, é o complexo da velhice imposto pela sociedade discriminante.

Este é um tema apaixonante, senhores, porque, todos nós, ou morremos jovens ou envelhecemos. Não há terceira

hipótese.

A questão idade é hoje de alto interesse político, desde que está aumentando o tempo médio de vida da espécie humana. O Census Bureau dos Estados Unidos projetou previsão segundo o qual, no ano 2.030, de cada seis norte-americanos, dois terão mais de 65 anos.

No Brasil, a análise estatística leva a concluir que este é um país jovem que depende dos velhos.

Segundo dados do IBGE, embora 55% da população tenha menos de 20 anos, 28% da força de trabalho do País compõem-se de pessoas de mais de 40 anos.

Admite-se que antes do ano 2000 a vida média do brasileiro homem será de 71 anos e da mulher de 75 anos.

Segundo o IBGE, o Brasil deverá ter, no ano 2000, uma população de 13 milhões e 800 mil pessoas com mais de 60 anos de idade.

Todos estes elementos, coletados dentre os muitos que nos foram enviados pelo médico Hélio Gaissler de Queirós, em seu interesse patriótico, reforçam a tese que solicitamos a esta Casa manifestar à comissão de trabalhos que estuda o projeto que fixa idade mínima para aposentadoria, resumida nos seguintes itens:

1. A aposentadoria é um prêmio por tempo de serviço, não condenação à inatividade.
2. Inovar a legislação com fixação de idade mínima de aposentadoria virá criar conflitos com a expectativa de direito daqueles que já contam com tempo de serviço sob vigência da lei atual e conturbaria a própria concessão do benefício.
3. Deve-se estudar, isto sim, a abolição da aposentadoria compulsória por critério etário, substituindo o conceito de avaliação cronológica pelo de avaliação de aptidão física e psicológica.
4. É preciso estimular ao aposentado que permaneça ativo, exercendo suas aptidões, e isto somente será possível mediante conscientização da sociedade de que sua força de trabalho é importante para a Nação.

Acreditando que os nobres Senhores Deputados estejam concordes com nosso pensamento, contamos com sua aprovação para o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.980."

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este requerimento merecerá a acolhida da Casa.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, lamentavelmente, a Casa entrou em recesso, por motivos que todos conhecemos.

Não tive oportunidade de responder ao brilhante discurso do nobre Deputado Gernote Kirinus, embora ele nos tenha chamado à lide no pronunciamento que fez, uma espécie de relatório de sua visita à Cuba. Mas para que os Anais não constem a nossa omissão, o nosso pensamento contrário aos temas abordados pelo nobre Deputado, de sua tribuna, os quais respeito mas discordo — volto à tribuna, hoje, para dar o meu ponto de vista.

(Lê):

"A palavra assassino tem origem no árabe ASHOHASHIN e define a pessoa que mata traiçoeiramente ou com premeditação. É curiosa sua origem: foi usada para nomear bandidos que se embriagavam em haxixe antes de praticar seus crimes.

Curiosa também foi a maneira como essa palavra foi utilizada nesta Casa, recentemente, pelo Deputado Gernote Kirinus, quando afirmou que o cidadão argentino e revolucionário cubano Ernesto "Che" Guevara foi assassinado na Bolívia. Ao definir como assassinato a morte daquele que era, então, um agente do comunismo internacional atuando em atividades de guerrilha em um país que não era o seu, encampou Sua Excelência a versão heróica da morte de Guevara, alinhando-se, novamente, como simpatizante cubano que é,

e aprovando também, ao aceitar e difundir essa idéia, a circunstância de que é admirável e válido que um agente do comunismo internacional participe de movimentos políticos de outros países, lutando pela nobre causa. O que leva a crer que, se um especialista soviético em guerrilha e terrorismo foi morto no Brasil por autoridades de segurança, o Sr. Deputado há de chorar e se descabelar pelo herói e camarada morto.

Falava o Sr. Deputado, naquele dia, sobre sua recente viagem a Cuba, usando como esperteza o estratagema de usar palavras de um parlamentar do PDS para relatar os aspectos positivos que encontrou naquele País, pretendendo fazer armadilha para os apartes que receberia em razão da sua notória simpatia pelos cubanos.

Queremos deixar satisfeito o nobre membro da oposição, afirmando que somos também admiradores de Fidel Castro, na medida que tenha solucionado os problemas do povo dele, no país dele. Somos contra Fidel Castro, porém, e também contra o Deputado Gernote Kirinus, na medida que promovem ou apoiam a luta armada em qualquer país, desde que o objetivo seja a implantação do comunismo e um possível alinhamento com a União Soviética.

O Presidente Fulgêncio Batista, embelezado em condecorações, promoveu luxuosa festa. No meio da farra, o Batista, bateu no ombro do presidente da corte de Justiça e lhe disse: "tenho a honra de passar a presidência deste País a Vossa Excelência". Enquanto o coitado se engasgava, Dom Fulgêncio saía e embarcava num avião que já o esperava, fugindo com uma das maiores fortunas que já se conheceu e terminando um governo despótico e sangrento.

Cuba era então a latrina dos Estados Unidos, o despejo dos seus mafiosos, o paraíso do jogo e da prostituição, a origem dos tóxicos que inundavam a costa sul dos Estados Unidos.

Cuba era um problema policial para os Estados Unidos, porque Dom Fulgêncio era, realmente, um caso de polícia. E Fidel Castro, liderando a luta contra o Governo Batista, recebeu ajuda financeira e militar norte-americana. Na sequência rompeu e se alinhou aos soviéticos e eu o admiro, pelo que devolveu de dignidade ao seu povo, antes governado por bandidos. Só por isso."

Claro que nós sabemos que hoje o cubano é um povo digno. Haja vistas, a sua participação nas últimas olimpíadas, onde o povo realmente mostrou a sua confiança, o seu preparo, principalmente o seu psicológico. Mas, só por isso.

"Prodigioso o desenvolvimento social relatado aqui pelo nobre Deputado Gernote Kirinus, e que relatado por ele, tenha conotação óbvia de proselitismos, pelo menos proselitismo ideológico teve um preço."

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, eu estranho inclusive, concordo em grande parte do seu pronunciamento.

Agora, eu estranho que, a verdade seja atrelada à personalidade de alguém. Ou seja, quando é o Deputado Kirinus que fala é porque é proselitismo, mas, quando é Aroldo Sanfons, o digno Deputado Federal, quando é o Deputado Federal Emídio Perondi, quando é o nobre líder desta Casa que fala, não tem sentido de proselitismo, por mais elogiosa que sejam as palavras.

Portanto, eu discordo apenas nesse tocante. Eu tentei fazer aqui, simplesmente um relato fiel inclusive, para que não ocorresse a conotação que Vossa Excelência está querendo dar a esse parlamentar, eu me vali de relatório dos companheiros de viagem, que foi o Coronel Aroldo Sanfons e também, Emídio Perondi.

Inclusive agora, recentemente na revista "O Parlamento", uma revista paranaense, está aqui na página 11, um pronunciamento do Deputado Coronel Aroldo Sanfons, em que, inclusive,

deixou muito a desejar diante do meu pronunciamento. Porque as palavras dele são bem mais proselitistas, se é que assim Vossa Excelência queira interpretar, principalmente, quando diz ele, "que a Ilha Cubana tem seus problemas, mas é um lugar onde todos, absolutamente todos têm onde morar, comer, vestir, trabalhos, saúde, educação, o povo é pobre mas tem o fundamental e apoio de Fidel Castro.

Diz, mais adiante, "que jamais ouviu um povo com tanta dignidade, orgulho de seu País". E, salientou em outra parte, "que aquele é um País e um povo confiável, responsável e que está sofrendo uma contínua agressão dos Estados Unidos e outros países da América Latina há 20 anos."

Quer dizer, quando são palavras de um Coronel, Deputado Federal do PDS, essas palavras são insuspeitas. Agora, quando são de um parlamentar da Oposição, Vossa Excelência quer dizer que são suspeitas, quer dizer que eu faço apologia dos regimes de esquerda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não falei de esquerdas, falei em proselitismo. Agora, eu também não respeito muito esse Coronel, não vá pensando Vossa Excelência, porque a mulher quando é séria, quando é honesta, pode dormir num prostíbulo sem se prostituir. Mas as que rodam bolinha na Rua Riachuelo, podem não sair da Igreja que todos já sabem quem elas são. É uma questão de postura de cada um. Mas eu também não estou aqui defendendo os Estados Unidos, eu estou apenas dando a minha opinião e esta é pessoal com relação ao regime cubano.

E quando eu digo que o prodigioso desenvolvimento social que Vossa Excelência relatou aqui, tem para mim uma conotação óbvia, é porque nós sabemos que esse desenvolvimento extraordinário que teve Cuba no campo econômico teve um preço. Sabemos todos que Cuba é subsidiada pela União Soviética, sabemos. Não fôra o que seria impossível e Vossa Excelência sabe e todos sabem que seria impossível uma pequena Ilha daquelas a sustentação do regime. Porque carecia aquele País de condições econômicas, de condições tecnológicas para se auto-promover.

A Rússia fez por Cuba o que o Plano Marshall fez pela Alemanha e pelo Japão. Não houve milagre nenhum no desenvolvimento econômico de Cuba porque ali foram despejados tantos rublos e tantos dólares quanto a União Soviética quis colocar e quantos Fidel Castro pediu. Como os Estados Unidos através do Plano Marshall depositaram na Alemanha de pós guerra e no Japão tantos e quantos dólares lhes fora solicitados. E hoje estão aí as duas economias mais florescentes do Ocidente: São exatamente as economias alemã e japonesa. O Sr. Gernote Kirinus — Mais um aparte, nobre Deputado? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência. Apenas não teve preço o auxílio que as democracias deram àqueles países. Não teve preço. Houve uma diferença. Não se cobrou a entrega e nem a participação da Alemanha e do Japão em projetos expansionistas como a Rússia cobra de Cuba quando obriga o envio de seus soldados às Nações africanas para dominar, para convertê-las ao comunismo internacional.

Os Estados Unidos não cobraram isso da Alemanha e do Japão. Deram o auxílio porque era um programa de recuperação de pós guerra daquelas economias importantes para o mundo devido ao alto grau tecnológico alcançado por esses países e a sua imensa população que estava realmente depauperada ao fim da Segunda Guerra.

Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Só para fazer uma observação, nobre Líder. É que existe portanto, observado muito bem por Vossa Excelência uma diferença fundamental em jogar rublos ou dólares num país de em tirar dólares de um país. Extrair, como está sendo esvaziado, extraído, espoliado o nosso próprio País. Esse é o nosso protesto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu chego lá, eu chego nesse ponto.

O Sr. Gernote Kirinus — Sem querer com isso dizer que deveríamos copiar modelos de outros países. Em nenhum momento. No entanto, essa diferença foi muito bem notada por Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Bom, mas eu quero voltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao que realmente interessa ao Brasil. Quero reafirmar uma crença inabalável na democracia e no desenvolvimento com liberdade como o único caminho para o alcance da felicidade social. Essas distorções que Vossa Excelência acabou de apontar cabe a nós homens públicos corrigi-las através da nossa atuação. Mas a nossa crença inabalável deve ser na democracia porque é o único regime que permite ao Deputado Gernote Kirinus, de origem humilde e ao Deputado Erondy Silvério estarem aqui falando em nome do seu povo. É o único regime, é o regime democrático.

Por isso que é o único regime que eu considero válido para o alcance da felicidade social. Eu acho que mais vale lutarmos mais tempo dentro das nossas deficiências, deficiências que Vossa Excelência quis cotejar com o que viu em Cuba, mas com os nossos próprios recursos, que aclearmos o processo de desenvolvimento, entregando-nos a interesses imperialistas de qualquer potência, seja os Estados Unidos ou a União Soviética, como preferirem.

Admiro-me, para terminar, que V. Ex.<sup>a</sup>, que ilustrou esta Casa com seus relatos de viagem, não com suas idéias, me admiro que Vossa Excelência não tenha incluído em suas peregrinações futuras e oxalá o faça, uma visita atenta ao Afeganistão, para poder depois nos relatar aqui as belezas que a União Soviética construiu por lá. Esperamos que Vossa Excelência também programe esta viagem e gostaríamos que Vossa Excelência depois chegasse aqui e dissesse o que a União Soviética fez no Afeganistão.

O Sr. Gernote Kirinus — Se houver convite, com muito prazer.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, para terminar, apenas queremos expressar aqui, ao nobre Deputado Tavares, o nosso respeito pela sua atuação nesta Casa e não quisemos, ao tentar apartear-lo, nem de leve, interromper o seu discurso ou encobrir coisas desagradáveis como Sua Excelência pretendeu. Apenas tínhamos, devido ao tumulto ocorrido nesta Casa, quase que a certeza que Sua Excelência falava no Grande Expediente, porque inadvertidamente o Sr. Presidente concedeu ao invés de cinco, onze minutos para o seu discurso, a sua fala, os seus ataques ao Governo com relação à Polícia Civil.

Nós sabemos, e isto é histórico, desde que nos conhecemos por gente, que falhas existem em todos os setores da administração pública. Não só na Polícia. Estas, segurança e educação, evidenciam-se mais as falhas porque a atuação destas Secretarias estão mais diretamente relacionadas com o interesse da população.

É evidente que quando acontece alguma coisa na Polícia, as opiniões logo se dividem. Ninguém gosta da Polícia, esta é a verdade. Como não gostavam do Deputado Tavares, quando era Delegado. Tinha muita gente que não gostava dele. Injustamente, porque hoje aprendemos a ver, no Deputado Tavares, um grande paranaense, um homem que honra o Poder Legislativo do Paraná e um homem que deu o melhor de seus esforços à Polícia. Mas eu já ouvi falar que Sua Excelência, naquele tempo, Sua Excelência regravava com os binheiros, o que protestei veementemente, fiz a defesa sem me ser solicitada, mas defendi o nobre Deputado Tavares. Então não é justo que hoje venha o nobre Deputado dizer aqui que o Governo está regravando com os contraventores. O Governo determina à Polícia Civil a repressão, de forma enérgica, aos contraventores, seja do bicho, do lenocínio, seja lá do que for.

Entretanto, o brasileiro é um povo realmente jeitoso,

que sempre encontra uma saída para qualquer problema e os policiais, via de regra, são os mais jeitosos dos brasileiros.

Só queria fazer esta colocação para dizer ao nobre Deputado José Tavares que a mesma dignidade que ele tem, o tem este grande paranaense que é o Governador do Estado, que é um homem constantemente preocupado com o bem-estar do povo paranaense, que é um homem que efetivamente é um verdadeiro e legítimo guardião da austeridade pública. Nunca, em seu Governo, um simples rumor de escândalo deixou de ser investigado. E quando comprovado, por mais leve que seja a infração do funcionário que tenha cometido um deslize administrativo, a exoneração vem fatalmente.

Quero que o nobre Deputado Tavares exclua sempre, de seus ataques, um Governador que prima, acima de tudo, pela dignidade e pela honradez pessoal.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte a Vossa Excelência, com muito prazer.

O Sr. José Tavares — Apenas para dizer a Vossa Excelência que não sou eu quem disse que o Governador do Estado está "regulado" com os bicheiros.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Efetivamente Vossa Excelência não disse, Vossa Excelência falou "o Governo".

O Sr. José Tavares — Exato. Mas, quem disse que o Governo acoberta, protege o jogo do bicho, o lenocínio, foram alguns elementos, delegados de polícia, que pertencem à Associação dos Delegados de Carreira.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu só gostaria de informar a Vossa Excelência o seguinte: o nobre Deputado José Domingos, há poucos instantes, me disse que não são verdadeiras estas afirmações, que a imprensa atribui a esses delegados. Eu gostaria de invocar o nobre testemunho do Deputado José Domingos, após o aparte muito honroso de Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Então Vossa Excelência atribui, ou o

Deputado José Domingos também, talvez, se é que ele disse isso, à tribuna, então...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não estou atribuindo, não atribuo nada. Absolutamente! Estou dizendo a Vossa Excelência que me informava o Deputado José Domingos, enquanto Vossa Excelência se encontrava na tribuna, que não eram verdadeiras as expressões que Vossa Excelência usava com relação a esse episódio.

O Sr. José Tavares — Então a "Tribuna do Paraná" está mentindo?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não estou dizendo isso. E se fosse necessário dizer, eu diria. O dia em que a "Tribuna do Paraná" mentir, eu direi, sem trocadilho, desta tribuna.

O Sr. José Tavares — Tive o cuidado de dizer que tenho sido, nesta Casa, o Deputado que mais critica a Polícia, quando ela erra, quando ela age contra a lei. Agora, "fórmula dos delegados para pressionar o Governo é mais rigor ao bicho e ao lenocínio". Eu acho que isso aqui é uma acusação gravíssima ao Governo do Estado.

Porque disso aqui eu depreendo dois entendimentos: o primeiro é acusar o Governo de ser o acobertador, porque eles querem pressioná-lo a ceder às suas reivindicações; o outro, eu repeti, é a confissão de quem disse isso, do policial que disse isso, da omissão e até da conivência da própria Polícia.

Agora, não fui eu quem disse. Estou comentando o que a "Tribuna do Paraná" trouxe ontem. Acho que um jornal como "A Tribuna" merece crédito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nesse minuto eu o dedico ao nobre Deputado José Domingos.

O Sr. José Domingos — Sr. Deputado Erondy Silvério, Sr. Deputado José Tavares, hoje pela manhã, estivemos em

contato direto com o Dr. Renato Souza Lobo, que é o Presidente da Associação dos Delegados de Carreira do Paraná. E ele se mostrava altamente preocupado com as notícias veiculadas nesse sentido, de que eles delegados, e a classe policial se posicionariam desta forma, combatendo o lenocínio, combatendo o jogo do bicho, para pressionar o Governo do Estado, no sentido de atendimento às suas reivindicações. Isto foi alguém que lançou no ar, e, inclusive, trazendo prejuízos ao movimento da classe policial, que é um movimento ordeiro, pacato, e na base do diálogo com o Governo do Estado.

E, inclusive, o Sr. Secretário de Segurança conversou com os delegados nestas últimas horas, se propondo a aceitar as reivindicações por eles apresentadas, pedindo tempo, pedindo para o próximo ano.

Mas, os delegados querem uma solução agora. Mas, não existe nada, de combate ao lenocínio, de combate ao jogo, para pressionar o Governo. Existe, isto sim, um movimento ordeiro.

E o combate ao jogo do bicho, ao lenocínio, é normalmente feito segundo o depoimento que delegados nos apresentaram na manhã de hoje.

Houve, de parte de alguém, talvez, com o objetivo de atrapalhar e estragar o movimento, estas declarações, que foram veiculadas pela imprensa, e que caíram muito mal e foram mal recebidas pela Associação dos Delegados e pela União da Polícia Civil.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, hoje, é para abordar a questão do PREV-SAÚDE.

Num sumário, enumerado de 1 a 9, abordaremos os seguintes aspectos dessa questão: (Lê)

#### "SUMÁRIO

- 1 — Os Brasileiros Marginalizados
- 2 — Pobreza Orçamentária do Setor Saúde
- 3 — A Tentativa de Solução via PREV-SAÚDE
- 4 — As Críticas
- 5 — A Disposição Constitucional
- 6 — Interferência nos Estados
- 7 — Interferência na Previdência
- 8 — Exorbitância do PREV-SAÚDE
- 9 — Conclusão: Redimensionar com Humildade

Embora o Brasil tenha progredido ao longo das últimas décadas, a realidade é que continuamos sendo um País pobre. A renda média "per capita", de mais de 1.500 dólares, não chega a espelhar a realidade continental do território brasileiro.

Na verdade, os indicadores sociais continuam fortemente negativos; entre eles os indicadores de saúde, acusando as piores médias do continente sul-americano, como as taxas de mortalidade geral e infantil, incidência de doenças infecciosas e nutricionais.

Um indicador apenas, servirá para sensibilizar a consciência dos que me ouvem: a mortalidade infantil se mantém em torno de 100 óbitos por 1.000 nascimentos. A esquistossomose e a Moléstia de Chagas continuam a incapacitar vastas legiões de brasileiros.

#### OS BRASILEIROS MARGINALIZADOS

A miséria brasileira se concentra em duas grandes áreas: as zonas rurais que não foram incorporadas ao desenvolvimento das últimas décadas e a periferia das grandes cidades.

Esse conjunto de 40 milhões de brasileiros marginalizados não tem acesso a qualquer serviço de saúde, de abasteci-

mento de água, de esgoto sanitário, de habitação decente. Os sanitaristas sabem que um quadro desses é propício ao surgimento de doenças parasitárias, infecciosas, ligadas à nutrição.

Enfim, é um quadro que caracteriza qualidade de vida péssima. Esses brasileiros marginalizados não têm inclusive, acesso aos serviços médicos prestados pela Previdência Social por não disporem de trabalho regular, nem de habilitação como usuários da Previdência.

Ao lado desse bolsão de miséria existe outro grupo da população, representado pelos moradores das cidades e das zonas rurais de economia desenvolvida, que são atingidos pela rede previdenciária ou pelo sistema privado. Eles recebem razoável assistência médica, na medida em que tais serviços estão disponíveis no País.

Os serviços de medicina ofertados a essa parcela da população são inteiramente financiados pelos próprios usuários: basicamente são 60 milhões de contribuintes e usuários da Previdência Social Federal, Estadual ou Municipal, que descontam parte de seus ganhos (sejam empregadores ou empregados) para gozar desse seguro-saúde.

A outra parcela de recursos é representada pela compra de serviços médicos privados, em consultórios e hospitais particulares distribuídos por todo o País.

#### POBREZA ORÇAMENTÁRIA DO SETOR SAÚDE

Conforme dados oficiais, o gasto total em saúde, no Brasil, está em cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto, ou Cr\$ 400 bilhões em 1980. Desse montante, cerca de Cr\$ 200 bilhões saem, ou melhor, são canalizados através da Previdência Social, enquanto o Ministério da Saúde entra com apenas 3,5% ou Cr\$ 15 bilhões.

Logo, à primeira vista, se nota a pobreza de recursos do Ministério da Saúde, que administra o setor Saúde com recursos do Orçamento. Doutro lado, o Ministério da Previdência, dispondo de recursos gerados pela contribuições de milhões de empresários e assalariados, possui suprimentos de recursos de monta.

Nós, com a experiência de 29 anos como médico e que escolhemos como legenda de campanha eleitoral o lema "Saúde e Bem-Estar", estamos à vontade para comentar o problema. Temos criticado, ao longo de nossa vida pública, como médico e como parlamentar, os poucos recursos para ações preventivas de saúde.

A maioria das doenças de origem parasitária, infecciosa ou carencial pode ser evitada a um custo mais baixo, pela via da prevenção.

Esta necessidade é presente para todas as pessoas com discernimento, mesmo não sendo especializadas em questões de saúde. Mas, como fazer para corrigir esse quadro francamente comprometedor?

#### A TENTATIVA DE SOLUÇÃO VIA PREV-SAÚDE

O Governo Federal, através dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, procurou encontrar saída através de um mecanismo denominado Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde ou PREV-SAÚDE, cujo anteprojeto foi trazido à discussão pública a partir de setembro último.

Com o propósito de regular as normas gerais da Lei 6.229, que criou o Sistema Nacional de Saúde, esse programa traça diretrizes gerais para os serviços básicos de saúde no Brasil.

O que é o PREV-SAÚDE? Em síntese, "constitui a opção do Governo brasileiro para reordenar o modelo de prestação de serviços do setor, de modo a adequá-lo às necessidades prioritárias da população e aos meios disponíveis para o seu suporte".

Voltado para "o privilegiamento da atenção primária de

saúde"; o Programa traduz uma "tomada de posição consciente para a efetiva implantação do Sistema Nacional de Saúde". Ele "constituirá a base do sistema e sua porta de entrada regular, no campo da atenção primária de Saúde às pessoas, DESEMPENHANDO TAMBÉM O PAPEL DE INSTRUMENTO RACIONALIZADOR DO ACESSO aos níveis secundário e terciário (hospitais), onde predomina a atuação do setor privado".

Em bases materiais, o PREVSAÚDE deverá contar com 7697 postos de saúde, 16,394 consultórios médicos a implantar e 17.439 a consolidar, 3.917 consultórios odontológicos a implantar e 4.073 a consolidar, 1.425 novos módulos de emergência, seis mil leitos novos em unidades mistas e quatro mil especializados.

O financiamento: 72,6 por cento de fontes federais; 18,9 por cento dos Estados e 5,6 por cento dos municípios, num montante de Cr\$ 170,7 bilhões. Do INAMPS, 102 bilhões; da CEME, 3 bilhões; do Ministério da Saúde, 13 bilhões, em 1987. Do INAMPS serão remanejados, nesse ano, Cr\$ 20,4 bilhões que seriam aplicados mediante a contratação de serviços da rede hospitalar privada.

Mas o projeto do PREVSAÚDE nasceu cercado de discussões mais políticas do que técnicas, com o que parecem concordar seus autores quando citam que "o PREVSAÚDE, mais que um programa, constitui uma opção política e uma estratégia para essa mudança necessária".

É que vasaram diversas versões iniciais, elaboradas por grupos técnicos daqueles Ministérios, cujas colocações eram extremamente preocupantes.

A ponto de o próprio Presidente do INAMPS, autoridade subordinada ao Ministro da Previdência Social, declarar que "o anteprojeto contém posicionamentos de caráter político que poderão gerar sérias áreas de atrito para os ministérios proponentes, e, mesmo, para a administração central do País".

#### AS CRÍTICAS

Em primeiro, o PREVSAÚDE procura subordinar a prestação de serviços de saúde a um escalonamento de três estágios, sendo que o paciente, mesmo vinculado ao sistema previdenciário, só poderá ter acesso a um médico ou hospital especializado depois de passar pela triagem de um posto de saúde com atendente sem formação médica, previsto pelo programa.

Quer dizer, a pretexto de resolver os problemas de saúde do País, o PREVSAÚDE cria, em má hora, um "autoritarismo sanitário" defasado da realidade. Ninguém poderá ter acesso aos serviços médicos que julgar estar necessitado, sem vencer a burocracia dos "serviços básicos de saúde", previstos pelo programa.

Em segundo, o Programa representa a criação de mais um cipoal burocrático, justamente agora que todo o País se volta, determinado contra os males da burocracia, criando mesmo um Ministério Extraordinário para a Desburocratização.

A teia de novos serviços previstos envolve a construção de cerca de sete mil postos de saúde, centenas de hospitais, a contratação de cerca de 30.000 pessoas e tudo isto para se tentar resolver, por meio dessas mesmas estruturas distorcidas e inadequadas, problemas para cuja solução se necessita de uma visão mais racional.

Para que os Senhores tenham idéia da ambição das propostas do PREVSAÚDE, ele se propõe a operar todo o sistema sanitário do País, desde uma consulta especializada até a extração de um dente, a feitura de uma prótese dentária e a realização de um exame de sangue.

Ao todo, cerca de 400 mil servidores deverão ser orientados sob a coordenação centralizada do Programa, que prevê inclusive a implantação de Planos de Cargos e Salários.

Em sua consciência, essa burocracia seria capaz de eficácia, flexibilidade, prestação de serviços aceitáveis e aproveita-

mento das instalações existentes ou a serem implantadas?

Por terceiro, o PREVSAÚDE, do ponto de vista da metodologia de planejamento, revela-se extremamente pobre. Talvez por se inspirar, declaradamente, numa convenção sanitária celebrada em Alma Ata, no coração da União Soviética, ele fala em "planejamento integrado e centralizado" e "irreversibilidade de medidas de ação". Sabemos que essa metodologia e esse jargão pertencem aos países de economia centralizada.

Ao contrário, nos países democráticos, o planejamento tem que ser extremamente flexível e é flexível. Primeiro, são ouvidos os interessados, a discussão é conduzida num plano franco e aberto e não sob um sigilo comprometedor, como foram os passos do PREVSAÚDE. Depois, antes de pensar em aplicar um plano dessa envergadura a todo um país continental, é preciso "testar o plano proposto, para implantar com as correções ou alterações de experiência, com prudência", como recomendou o Professor Ulhoa Cintra, ex-Reitor da Universidade de São Paulo.

Não tem sido outra a colocação das entidades e estudiosos preocupados com a questão da Saúde. A Associação Médica de Minas Gerais recomendou que o assunto não fosse tratado de afogadilho; o Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, Francisco Beduschi, criticou o fato de os Ministérios proponentes não promoverem a discussão em torno do PREVSAÚDE, entre os próprios beneficiários do Programa.

As críticas, como a do paranaense Beduschi, são pela ausência de representantes dos trabalhadores da indústria, comércio e agricultura — além dos próprios médicos — nesse detalhe. O prazo, dando pouco mais de 30 dias, é inquestionavelmente muito exíguo para a oferta de sugestões: o Governo divulgou o Plano a 25 de setembro, fixando o dia 10 e depois 31 de outubro para recolher todas as sugestões.

O Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, reclamou que só teve três dias para se pronunciar.

No fundo, esse é o vício dos tecnocratas, que ainda não se acostumaram à abertura política que o Brasil está vivendo. Mas, prossigamos.

O aspecto mais controvertido do PREVSAÚDE é sua gratuita hostilidade à iniciativa privada no campo da Medicina. Mas primeiras versões que circularam eram de orientação abertamente socializante, tendo merecido vigorosa crítica da Federação Brasileira de Hospitais. Em documento entregue aos Ministros da área, essa entidade lembrou que o primeiro hospital surgiu no Brasil por iniciativa de um particular, Brás Cubas, Fundador da cidade de Santos, há quase 500 anos. E desde lá, o setor privado tem construído mais de 4.000 hospitais, com 300 mil leitos, enquanto o setor público só entrou na área a partir deste século.

A Federação Brasileira de Hospitais, pela palavra de seu Presidente, Ángel Arroyo, salientou não ter sentido desprezar toda a infraestrutura hospitalar privada, para construir outra rede pública, inclusive com postos de atendimento básicos previstos no programa.

O caráter estatizante do PREVSAÚDE estaria, segundo a classe hospitalar, nas suas disposições de "estabelecer claras restrições ao encaminhamento de pacientes a hospitais particulares e impedir novas compras de serviços, além de suspender a concessão de financiamentos oficiais como os do FAS, além de proibir a ampliação de compromissos vigentes entre a Previdência Social e as pessoas físicas e jurídicas.

A FHB salienta que "nada justifica a exclusão da iniciativa privada do PREVSAÚDE, já que a utilização da infraestrutura na rede particular proporcionaria uma economia incalculável, sem a necessidade de grandes investimentos na implantação de uma rede de postos, além do aproveitamento imediato dos recursos já existentes".

Foi nesse sentido que o Presidente da entidade, Dr. Ángel Arroyo, disse aos Ministros Jair Soares e Waldyr Arcoverde,

que a rede privada hospitalar deseja apenas a preservação do patrimônio hospitalar já existente e não aceita a sua destruição, a partir de ranços socializantes.

Ademais, a "grave situação sanitária em que se acha o País, própria dos países subdesenvolvidos, seria o melhor argumento para justificar um perfeito entrosamento entre a rede oficial e a rede privada", no dizer do Presidente da Federação dos Hospitais.

#### A DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL

Senhores, trouxemos este tópico à baila, porque notamos, ao longo dos debates sobre o assunto, — inclusive com documentação de pronunciamentos à imprensa — uma indefinição principalmente dos Senhores Ministros, da Previdência Social e da Saúde, com respeito à colaboração com a rede privada.

Ao tempo em que declaram que vão ampliar em 570 o número de hospitais credenciados pelo INAMPS, e por isso, "a política do Governo jamais pode ser confundida com qualquer tipo de estatização" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17.10.80), os Ministros também afirmam. "Se o Professor Serra (Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio), diz que não haverá mudança na parcela de participação da rede hospitalar privada, posso garantir que vai haver, sim, e eles verão". (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08.10.80).

Em Curitiba, há dias, o mesmo Ministro da Previdência afirmou que a participação da iniciativa privada no setor de saúde ainda continua sendo muito discutida, "pois uns aprovam e outros não". (GAZETA DO POVO, 21.10.80).

Ora, Senhores, um Ministro de Estado fazer uma afirmação dessas, é preocupante.

No Brasil as políticas setoriais da área social são ditadas pelo Poder Público, mas a execução, no que couber, cabe à iniciativa particular, conforme definido pela Constituição Federal, artigo 170. Não colhe uma autoridade dizer que "uns aprovam e outros não", a presença da iniciativa particular. A opção da sociedade brasileira pela livre iniciativa já foi tomada e está expressa na Constituição. Se alguma autoridade discorda dessa colocação, deve primeiro afastar-se do Governo e depois procurar mudá-la pela força do voto, sob pena de responsabilidade moral e legal.

É bem clara a Constituição, quando atribui à iniciativa privada a exploração da atividade educacional e cultural (art. 176, parágrafo segundo). Igualmente o artigo 170, parágrafo primeiro, reza:

"Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica".

Nos países onde os serviços médicos são explorados mediante o regime de compromisso do seguro social o nível de atendimento é muito maior do que naquele onde houve a socialização completa da Medicina. Tanto que os jornais recentemente apontaram que quando o Líder soviético Leonid Breznev precisou da atenção especializada, foram chamados especialistas estrangeiros.

Quando não, os serviços hospitalares prestados pelo Governo, são mais caros e menos eficientes. O próprio PREVSAÚDE diz que o custo dos leitos públicos é quatro vezes superior ao que o INAMPS paga aos hospitais da rede privada. E o mesmo documento ainda confessa o que foi reconhecido em debate público pelo Ministro da Previdência "Significativa ociosidade da capacidade instalada do setor público".

Por que essa ociosidade? É que a burocracia, o descaso, a má remuneração, bloqueiam o acesso do doente, que existe, à vaga hospitalar, que não se saiba existente.

Por que então insistir numa estatização fora de época, quando a rede particular pode perfeitamente prestar serviços como os de:

- tratamento de afecções e traumatismos comuns
  - internamento
  - serviços de emergência providos de leito
  - atenção ambulatorial diferenciada (clínica médica, gineco-obstetrícia, pediatria, odontologia e cirurgia).
- Voltando à questão dos hospitais.

Com o desenvolvimento sócio-econômico e o aumento da longevidade média das pessoas, o hospital se tornou um dos mais importantes centros comunitários contemporâneos. Normalmente ele é administrado por um grupo de médicos, em verdadeiro regime de sociedade cooperativa, onde o lucro nunca é a finalidade principal, porque o avanço da Ciência Médica exige reinvestimentos constantes em novos equipamentos.

Ou então são titulares do hospital, uma sociedade beneficente, uma instituição religiosa. Como área de aplicação econômica, o hospital é um dos piores setores, conforme se pode examinar pelas dezenas de hospitais que são sociedades anônimas; para o médico acionista ou quotista, ele representa antes uma casa de trabalho que uma opção financeira.

Tanto que a Federação Brasileira de Hospitais tem a seguinte definição:

"O hospital, seja qual for sua forma jurídica, é um bem comunitário. Cabe a todos preservá-lo e melhorá-lo. Nunca destruí-lo. O hospital é uma instituição cuja finalidade não se restringe a internar pacientes para diagnóstico e tratamento. Também lhe pertencem funções na qualificação de recursos humanos, pesquisas, atendimento ambulatorial e educação para a saúde junto à comunidade. Num país como o nosso, ainda em desenvolvimento, a potencialidade dos hospitais privados deve ser integralmente aproveitada e dinamizada".

Mesmo com essa nobre missão, o hospital deve procurar se reger "pelas normas aplicáveis às empresas privadas", no ensinamento da Constituição Federal (Artigo 170, parágrafo segundo), para todas as empresas públicas. Porque, só com os modernos princípios de gestão, é possível evitar o desmantelamento das instituições ou vê-las agigantadas e improdutivas.

Tanto que, nos Estados Unidos, uma das áreas de maior desenvolvimento da Ciência da Administração está na Administração Hospitalar. Peter Drucker, o mais respeitado consultor empresarial de nossos dias, chegou a fazer um estágio de três meses num grande hospital metropolitano, para deduzir princípios gerais de Administração aplicáveis à área hospitalar.

No debate havido no Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO em 17.10.80., o Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Antônio Vial, reclamou que há 18 meses não vêm sendo homologados convênios com a Previdência Social, ao que o Ministro Jair Soares respondeu que está aguardando de seus setores técnicos "uma definição bem abrangente, sob a empresa de medicina de grupo, sobre a empresa que utiliza, para seus empregados, a medicina de grupo como forma de atendimento médico".

O presidente da ABRAMGE mostrou então, que a principal parcela dos custos médicos dos trabalhadores das empresas é paga pela própria empresa, mediante rateio. Se o PREVSAÚDE teimar em liquidar esse serviço, quem vai pagar os serviços, a não ser o INAMPS, diretamente?

Hoje existem dois milhões de famílias atendidas em convênio-empresa, representando 10 milhões de pessoas. O custo para as empresas vai a 11,6 bilhões de cruzeiros/ano.

Resultado, se parar o serviço, o INAMPS terá uma despesa adicional de 11,6 bilhões ou 70 bilhões até 1986, o seu equivalente a todo o comprometimento com o PREVSAÚDE.

Logo, se os burocratas triunfarem, o próprio setor econômico-financeiro do Governo se verá comprometido. Por isso, o Presidente do INAMPS disse que a insistência na estatização pode comprometer as autoridades centrais da República.

O Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Pedro Cassab, um respeitado líder da classe médica, disse que "o

PREVSAÚDE é estatizante, porque conduzirá, fatalmente, à extinção do exercício autônomo que é, sem dúvida, o suporte principal de um sistema privado de atendimento”.

### INTERFERÊNCIA NOS ESTADOS

Além desses aspectos, um outro é o da interferência na autonomia dos Estados e Municípios para a formulação de suas ações de saúde. O programa prevê a redistribuição dos recursos atualmente canalizados pela União, que viriam apenas dentro das políticas do PREVSAÚDE. Por exemplo, construir um ambulatorio público em frente de outro recém-construído pela iniciativa privada, como está acontecendo aqui mesmo na Cidade Industrial de Curitiba, talvez porque este País é muito rico e pode desperdiçar dinheiro do contribuinte à vontade...

O projeto cria, nos Estados, como órgãos gestores, as COMISSÕES INTERINSTITUCIONAIS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (CIPEs), integradas pelo superintendente regional do INAMPS, Delegado Federal de Saúde e Secretário Estadual de Saúde e por este último presididas.

Diz mais o projeto que “a gerência operacional do PREVSAÚDE, a nível estadual, caberá a uma Secretaria Executiva, subordinada à CIPE, de composição paritária e representativa dos três órgãos” e que “os recursos destinados pelas instituições federais às Secretarias Estaduais de Saúde integrarão fundo específico, ao qual se adicionarão os recursos destinados pelo próprio Estado, para esse fim”.

Mas, “as dotações das instituições federais participantes do PREVSAÚDE serão aplicadas diretamente pelas respectivas instituições” e mais, os planos estaduais do PREVSAÚDE serão submetidos a Brasília “para aprovação”.

Quer dizer, além de todos os defeitos apontados, o programa ainda líquida com o pouco que resta da autonomia dos Estados, numa hora em que o próprio Presidente desta Casa, o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, afirma que “o sucesso da atual reforma partidária depende da autonomia que for dada aos Estados”.

Como é que os ministros da área obterão dos Estados esta subordinação aos seus planos e recursos? Mediante reformas constitucionais levadas a efeito em cada um dos 22 Estados, declarando que agora “a operação dos serviços de Saúde pertence exclusivamente à União”? E quando chegar uma família enferma e sem recursos até o prefeito do município interiorano, este vai despachá-la para Brasília, por não poder atendê-la sem licença dos burocratas ministeriais?

### INTERFERÊNCIA NA PREVIDÊNCIA

A Constituição Federal — de vez em quando é bom recordar que existe o “Livrinho”, a ser respeitado, como se referia carinhosamente o Presidente Dutra, pois bem, a Constituição dispõe no artigo 165, item 16, que a Previdência Social é um direito do trabalhador e do empregador que para ela contribui. O parágrafo único deste artigo diz que “nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício, compreendidos na previdência social, será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total”.

E mais, as fontes de financiamento da Previdência são “a contribuição da União, do empregador e do empregado”.

É sabido que a União não tem apostado à Previdência Social as suas parcelas de contribuição, o que tem levado o nosso Ministro Soares a cogitar a elevação da contribuição dos empregados e empregadores, atualmente fixada em oito por cento.

Cabe perguntar agora. Quem vai financiar o PREVSAÚDE? O programa envolve recursos, a cruzeiros de hoje, de 160 bilhões, que serão supridos, entre outros, pelo INAMPS. O próprio presidente desse órgão, criticou o fato de que a sangria de recursos poderia ser desproporcional às possibilidades.

O que, na realidade, estaria ocorrendo? Segundo o médico

Aluisio Fernandes, “já temos no Brasil um sistema de saúde plenamente ativo, que engloba 60 milhões de usuários do Sistema da Previdência Social. Mas esse sistema conta com recursos próprios, oriundos da contribuição de empregados e empregadores. Pelo que a lei determina, só aos usuários é que devem ser prestados os serviços contratados”.

Qualquer verba desviada dos recursos próprios da Previdência Social para um programa de atendimento primário, por mais justo que seja, causaria uma revolução nos conceitos dos direitos dos próprios trabalhadores”.

Equivala a dizer: a União, além de não recolher as contribuições previdenciárias a que está legalmente obrigada, ainda pensa lançar mão dos recursos oriundos dos trabalhadores e empresas para financiar um programa de saúde primária.

### EXORBITÂNCIA DO PREVSAÚDE

Pelo que aqui foi dito, verifica-se que o PREVSAÚDE, exorbita das atribuições conferidas pela Lei Federal 6229, que criou o Sistema Nacional de Saúde. Ele interfere com a autonomia dos Estados, viola a legislação previdenciária ao desviar recursos do INAMPS para outros fins e agride a Constituição ao se filiar a uma doutrina estatizante.

É inexequível do ponto de vista gerencial. Como salientou o ex-Secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência, Marcos Candau:

“Como tornar eficiente um setor que está sob o comando de dois ministros, um de direito e outro de fato? Um voltado para a saúde, o outro para a doença. Um dispondo apenas de boas intenções, e o outro, de dinheiro?”

Ao comentar a constituição do órgão executivo do programa, uma Comissão Interministerial de Planejamento e Controle, o próprio Ministro Jair Soares concordou com as críticas:

“Na questão de coordenação, já manifestei ao Ministro da Saúde minha discordância nesse ponto. Acho que a coordenação tem que ser modificada. Acho que a CIPLAM está com uma autoridade que tira a dos ministros”.

De outro lado, a realidade econômica do País não foi levada em conta pelos tecnocratas de Brasília. Quando o jornalista econômico Celso Ming, criticou a viabilidade econômica do PREVSAÚDE, que segundo ele foi imposta no atacado, o Ministro Jair Soares respondeu (estou me referindo ao debate travado no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em 17.10.80):

“O projeto pode não estar bem detalhado, não há a menor dúvida, mas ele não é definitivo”.

Celso Ming, jornalista especializado em Economia, aduziu que “o documento apenas expõe um monte de números, supondo que a gente tenha de acreditar neles. Quer dizer, a viabilidade econômica do Programa não está demonstrada”. E mais “os Ministros do Planejamento e o da Fazenda acham viável, nas condições atuais do Brasil, uma sobrecarga dessa ordem? Os próprios ministros reconhecem que estão raspando o tacho, para sobreviver no dia a dia”, segundo a contribuição do jornalista Ruy Mesquita para o mesmo debate.

### CONCLUSÃO:

#### REDIMENSIONAR COM HUMILDADE

Senhores, o elenco de apreciações que levantei, partido de setores variados da coletividade brasileira, mostra que o anteprojeto do PREVSAÚDE não tem condições de prosperar.

Primeiro, ele parte de uma ótica estatizante, violando a Constituição Federal e a opção política já definida pelos brasileiros ante as urnas, que à convivência harmoniosa da iniciativa governamental com o esforço privado, naquelas áreas onde a presença do Governo se faça necessária, como no Setor Saúde.

Segundo, o Plano tem uma incompatibilidade gerencial,

porque é partilhado entre dois Ministérios, onde nem a função de coordenação está definida. E interfere na autonomia dos Estados, de forma absolutamente exorbitante.

Terceiro, desvia recursos da Previdência Social, oriundos das contribuições de empregados e empregadores, que foram descontados nos seus salários para formar pensões que garantam sua velhice ou assegurem a sobrevivência de suas famílias. Se o Estado Federal quiser, como deve, enfrentar o problema da saúde básica, deve procurar outros meios, e, não desviar fundos legitimamente formados pela população que trabalha.

Quarto, o Programa é irrealista, ao propor construções faraônicas, pelo Brasil a fora, em concorrência com a rede já existente do setor hospitalar privado, numa fase em que o País precisa apertar o cinto para sobreviver à amarga realidade da crise do petróleo.

Que o Brasil precisa atacar, de frente, o problema dos 40 milhões de marginalizados da saúde, nutrição, habitação e higiene, não há dúvida. Mas para esse fim, que faça um programa específico que beneficie os 40 milhões carentes e não que alguns técnicos governamentais — de duvidosa competência, a esta hora — tratem de desorganizar o pouco que existe, a pretexto de implantar modelos teóricos divorciados das realidades regionais, políticas e econômicas do País.

Concordamos plenamente na prioridade de atender a população de 40 milhões de carentes. Mas de forma racional, mediante um planejamento democratizado, com o apoio da comunidade.

Nada de megalomanias mal costuradas como esse tal PREVSAÚDE, de quem disse o Professor Ulhoa Cintra:

"Recomenda-se pelo menos, alguma humildade a quem se propõe gastar 161 bilhões de cruzeiros em 6 anos".

Sintetizando nossas colocações, apelamos às autoridades federais, em nome até do bom senso, para a completa revisão do PREVSAÚDE, porque, como afirmou o respeitado Professor Marcos Candau:

"Em resumo, diagnosticaram bem a doença e não souberam receitar o Tratamento".

Para finalizar, desejo consignar que entendo que a responsabilidade técnica pelas falhas acima apontadas no Prevsáude não são, a rigor, propriamente dos Ministros retro-citados, que pelas suas inúmeras atribuições, delegam assuntos dessa natureza a seus assessores.

A própria imprensa noticiou que esse ante-Projeto do Prevsáude foi elaborado no maior sigilo e concluído na residência do Secretário Geral do Ministério da Saúde, Sr. Mozart de Abreu Lima, cujas posturas estatizantes são sobejamente conhecidas por todos aqueles que militam na área da Saúde.

Sr. Presidente, nós forçosamente somos obrigados a resumir este trabalho que elaboramos e hoje abordamos a inconstitucionalidade deste projeto que vai ser objeto de discussão e votação no Congresso Nacional, o qual através de nossa representação do Paraná iremos enviar as nossas solicitações, e observações.

Faço um resumo, Sr. Presidente, e solicito que no final Vossa Excelência considere lido na íntegra, de vez que devo dispor de poucos minutos para o término do horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu a solicitação de Vossa Excelência, mandará publicar.

O SR. RENATO BUENO — Eu agradeço a Vossa Excelência. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. RENATO BERNARDI — Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quinta-feira, tive a oportunidade de receber um convite dos Sindicatos dos Ensacadores e Carregadores de Café de Paranaguá, do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá representado por Isaías Vicente da Silva; do Sindicato dos Vigias Portuários representado por Carlito Cesário; do Sindicato dos Conferentes, representado por Juarez Paulo dos Santos; do Sindicato dos Condutores Autônomos representado pelo Sr. João Pessoa da Costa e também alguns representantes da Cooperativa de Transportes de Cargas da cidade de Paranaguá.

Na sexta-feira, representando o PMDB lá estive, reunião que se realizou em um dos Sindicatos e que contou com a presença de todos os Presidentes e o mais importante, com algumas dezenas dos trabalhadores do Porto de Paranaguá.

E o convite deveu-se justamente pelo pronunciamento aqui realizado há duas semanas atrás, quando abordávamos os problemas trazidos pelo transporte "roll-on-roll-off", o chamado "ro-ro" para os trabalhadores da cidade de Paranaguá.

A Câmara Municipal de Paranaguá recebeu um documento da Câmara Municipal de Santos, avalizado pela maioria dos sindicatos do Porto de Santos e que tenho a oportunidade de trazer na tarde de hoje nesta Casa.

Nesta reunião, acompanhado inclusive de dois Vereadores de nosso Partido, um Presidente do PMDB de Paranaguá e o outro, líder na Câmara Municipal, para lá fomos com um único objetivo, de ouvir os presidentes, os sindicatos e os trabalhadores envolvidos com este novo método multinacional de transporte, chamado roll-on, roll-off, abramileirado para "ro-ro". E naquela oportunidade, apenas ouvíamos para fazer hoje o pronunciamento e quando nos solicitaram a palavra, tive a oportunidade, e desafio alguém que conteste de dizer apenas que todos os partidos deveriam se movimentar para prestigiar os trabalhadores do Porto de Paranaguá.

O PDS, que tem seus representantes em Paranaguá, o PP, que tem o seu representante, e me fiz porta-voz do partido. Lá não foi o Deputado Nestor Baptista fazer demagogia política, mas foi o lúdico e legítimo partido das oposições brasileiras colocar-se à disposição dos trabalhadores do Porto de Paranaguá.

Na oportunidade mencionamos o nome de três Deputados que deveriam ser convidados, ou convocados, para conversar com a classe.

O Deputado João Elísio, um dos mais votados nas últimas eleições em Paranaguá, o Deputado Ailton Cordeiro e o Deputado representante da cidade, ex-MDB, hoje no PDS, Nelson Buffara.

E foi a única participação que tivemos naquela reunião, a não ser aquela de ouvir o relato de todos os presidentes de sindicatos ali presentes, para que pudéssemos hoje fazer um pronunciamento e colocar o nosso partido à disposição, inclusive já movimentando o PMDB e Deputados desta Casa que se interessaram em participar de um encontro nacional a ser realizado em Santos, com trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro, de São Francisco, de Paranaguá e de Santos, que é o promotor deste encontro.

O motivo é um só, é o desemprego que o roll-on, roll-off está causando. É a mão-de-obra ociosa que o roll-on, roll-off está causando.

E em Paranaguá, são palavras tiradas dos sindicalizados que estiveram na reunião, um navio convencional que pode usar 90 trabalhadores, hoje é preterido pelo roll-on, roll-off que com o máximo de oito trabalhadores, realiza aquilo que mais de 82 pessoas poderiam fazer para garantir o seu sustento.

Este roll-on, roll-off vem fazer com que haja, portanto, um índice de mão-de-obra ociosa muito grande na cidade de Paranaguá.

Haja também um índice muito grande de mão-de-obra ociosa no Porto de Santos que nos mandou um documento, que mandou um documento para a Câmara Municipal de Paranaguá, para todos os sindicatos de Paranaguá, pedindo o apoio; porque em Santos, hoje, aproximadamente vinte e cinco mil trabalhadores estão desesperados.

Em Paranaguá, segundo denúncias de parnanguaras autênticos, vai chegar a seis mil (o número) até o final do ano. Isto com apenas um navio roll-on, roll-off operando. E já se anuncia que para 1.981 haverá um segundo navio trabalhando. Ninguém mais vai trabalhar.

As denúncias foram feitas e anotadas, sindicato por sindicato, para que eu pudesse me inteirar e para que pudesse também transferir para todos os companheiros de partido, a apreensão e o desejo dos trabalhadores do Porto de Paranaguá.

O Presidente do Sindicato dos Conferentes pedia apenas que haja um trabalho em Curitiba, na Assembléia Legislativa do Estado; que haja um trabalho junto ao Sr. Secretário dos Transportes, que haja um trabalho apartidário junto ao Sr. Governador do Estado.

E hoje ainda, é testemunho o Deputado Airton Cordeiro, quando eu comunicava a ele que será convidado a comparecer a uma reunião na cidade de Paranaguá, nas mesmas condições em que lá estive.

Pede o Presidente do Sinicato dos Conferentes, apenas, que seja revogada uma Portaria do Ministro dos Transportes, uma portaria que simplesmente desrespeita o Decreto-Lei de n.º 56.367/65, e a portaria é de 1.978. Simplesmente o conferente não é chamado para acompanhar o trabalho que é realizado.

O que está acontecendo em Paranaguá?

O Sindicato dos conferentes manda um trabalhador para auferir ou para conferir a carga que será transportada, e o próprio sindicato está pagando. Porque as grandes empresas que hoje se utilizam do "roll-on, roll-off", mandam os seus funcionários, e não admitem a presença de um conferente sindicalizado do Porto de Paranaguá.

Este foi, em síntese, o pedido feito pelo Presidente do Sindicato dos Conferentes.

Por sua vez, o Presidente do Sindicato da Estiva, Isaías Vicente da Silva, fazia vários pedidos na oportunidade. E ele mesmo se manifestava de que todos os partidos deveriam comparecer para que a classe não ficasse ociosa e desesperada, como está ocorrendo, hoje, em Paranaguá.

O FUNDATAL que é o navio que transporta este novo sistema "roll-on, roll-off" quer apenas usar funcionários dessas empresas, relegando, portanto, o trabalhador da estiva. Houve um compromisso de que estas empresas estariam dando o devido preparo para os homens da estiva, para o manejo com o cavalo mecânico e com as carretas.

E a reclamação vem: os trabalhadores da estiva vêm para Curitiba, um dia não tem carreta, outro dia não tem o cavalo mecânico, no outro dia o motorista ou o instrutor está adoentado, e o boicote continua. Não é uma denúncia deste Deputado, mas uma denúncia ouvida lá na cidade de Paranaguá, com dezenas de trabalhadores participando.

Geralmente não há carreta para os trabalhadores da estiva. Pediam, inclusive, um trabalho desta Casa de Leis para que oficiasse ao Almirante Saboia, do DTC, para que se organizasse em vez de um curso anual, como vem ocorrendo hoje, mais dois cursos, para que os trabalhadores da estiva pudessem manejar uma carreta, pudessem manejar um cavalo mecânico, enfim, pudessem descarregar as cargas que não são conferidas dentro do FUNDATAL para que o transporte "roll-on, roll-off"

seja efetivado.

E os arrumadores?

Os arrumadores também não têm trabalho.

Há, segundo a empresa, uma falha justificativa de que o trabalho não passava pelo cais. Mas, eles admitem, os arrumadores, que é uma autêntica conversa, uma grande mentira, mais uma vez, do capitalismo, que quer rebentar com a classe oprimida, com a classe pobre, e os detalhes dos arrumadores: o "roll-on, roll-off" tira o trabalho de 5 ou 6 navios que poderiam estar dando trabalho para aqueles trabalhadores.

E os trabalhadores da estiva?

Se 90 pessoas pudessem ser aproveitadas, o FUNDATAL aproveita, no máximo, 8 trabalhadores. Ficam 82 passeando lá em Paranaguá.

Há também, uma reclamação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, das pequenas empresas nacionais de cabotagem, que estão desesperadas, e que pediram para não serem mencionadas aqui na Assembléia Legislativa, ou mesmo através da imprensa, porque, seriam de imediato, boicotadas e massacradas, porque as grandes empresas e o grande transporte multinacional aqui denunciado, obrigariam o Governo a tomar providências contra esses petulantes pequenos que querem um pouco de trabalho e querem dar trabalho também ao trabalhador.

E o sistema de cabotagem fica, portanto, sem saber o que fazer, e mais preocupado, ainda, com 1.981 e os anos seguintes. Essa foi a reunião que mantivemos com os trabalhadores de Paranaguá.

Comprometemo-nos a trazer a esta Casa estes esclarecimentos, pedindo o apoio dos demais Srs. Deputados com assento nesta Assembléia, para que o Sr. Secretário dos Transportes pudesse fazer alguma coisa, no fornecimento de uma carreta, na tentativa de solicitar ao Porto de Paranaguá que dê treinamento àquele pessoal.

Volto a insistir, porque são palavras dos parnanguaras que lá estiveram, dezenas, volto a dizer, representando seus sindicatos e também fazendo-se representar como trabalhadores, pela apreensão que tomam conta.

Não houve, portanto, nenhuma hostilidade para com nenhum Deputado. Não houve nenhuma calúnia, nenhuma tentativa de fazer com que houvesse alguma indisposição dos trabalhadores de Paranaguá para com qualquer Deputado desta Casa.

Portanto, de consciência tranqüila, de cabeça erguida, e sempre respeitando quem sabe se fazer respeitar, vamos continuar trabalhando, em Paranaguá, em Curitiba, na região Metropolitana. Porque não é um trabalho deste Deputado. É o trabalho de um Partido que diz representar a classe oprimida, há 16 anos. A classe oprimida que está apanhando desse regime.

Acompanhamos com muita atenção o pronunciamento do Deputado Renato Bueno, quando denunciava a miséria, a falta de saúde, a fome. Isso tudo acontece porque esse mesmo regime que ele defende é o responsável pela fome, pela miséria e pelo desemprego que também foi denunciado há pouco, quando dizia que inúmeros trabalhadores não têm nem INPS, pela rotatividade de mão-de-obra e pela falta de trabalho.

Fomos a Paranaguá.

Iremos quantas vezes formos chamados. Porque tivemos uma pequena votação naquela cidade. Mas, temos — por menor que ela seja — a obrigação muito grande de tentar fazer alguma coisa.

Aqueles que não querem fazer, que apenas se contentem em não fazer, mas, que não tentem agredir aqueles que estão preocupados em realizar alguma coisa por essa gente. E os fatos atestarão, em 1.981, totalmente, apavorados, porque não têm que levar para casa, a não ser a angústia de uma barriga

vazia.

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que o tempo do nobre Deputado está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja usar do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(Soam os tímpanos).

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 49 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem) Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que me inscrevesse para falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

Sobre a mesa, projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlonrenzi, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 181/79, que dá nova redação ao artigo 53, da Lei Complementar n.º 2, de 18/6/73. (Lei Orgânica dos Municípios). — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 181/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 53, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53 — Nos casos de vaga ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, dar-se-á a convocação do suplente.

I — Convocar-se-á o suplente em qualquer caso de licença do titular, obedecendo-se as normas constantes do item II, deste artigo.

II — A convocação do suplente far-se-á quando o titular licenciar-se para tratar de interesses particular ou por doença por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marialva, com a finalidade de consulta a população para a criação do Município de Sarandi. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Marialva, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Sarandi.

— “Partindo da afluência do Córrego Guayapó no Rio Pirapó, sobe pelo dito Córrego até a sua última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca, vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pingüim; descendo por este Ribeirão até a ponte que dá passagem da estrada Maringá a Cambuí; seguindo por esta estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aguidaban; daí por este Ribeirão acima, até sua cabeceira onde recebe o Córrego Mará; por este Córrego até sua última vertente; desta vertente, por uma linha reta ao Córrego Tahy; por este Córrego até seu primeiro confluente; por este confluente acima até o primeiro marco da divisa do lote n.º 17 da gleba Sarandi; pela divisa do lote n.º 17 com o lote n.º 16 da referida Gleba, até alcançar a estrada Marialva-Santa Fé; por esta estrada, rumo a Santa Fé, até o lote n.º 232 da Gleba Sarandi; daí pelo espigão mais alto, em linha reta ao rio Pirapó abaixo, até o ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 47/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Altônia, com a finalidade de consulta a população para a criação do Município de São Jorge. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área a seguir descrita, do território do Município de Altônia, para o fim de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência de ser criado o Município de São Jorge do Patrocínio:

— começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João, e sobe por este até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229, até encontrar a estrada São Henrique; daí, em direção geral do Leste, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia;

por esta estrada, em direção geral Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote n.º 01; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paracai; por este abaixo até a sua foz no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera os Cargos de Provisamento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral DAS-4, passam a pertencer à Simbologia DAS-3. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES e OUTROS, que autoriza a consignação de verba que especifica, no Orçamento do Poder Legislativo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requereu verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 52/80, queiram levantar-se. — (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 55/80, (Mens. Govern. n.º 51/80), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de centros esportivos e outras obras correlatas nas sedes destes municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 58/80, (Mens. Govern. n.º 58/80), que aprova o termo de re-ratificação do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Londrina objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 59/80, (Mens. Govern. n.º 57/80), que aprova os termos de convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, referentes ao exercício de 1980. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/80, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 59/80), que aprova Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1981/1983. Com Parecer da C.O., distribuído em avulso. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requereu verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n.º 123/80, queiram levantar-se. — (Pausa).

27 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria só que Vossa Excelência informasse como votou o Sr. Deputado João Elísio.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que o Sr. Deputado João Elísio votou favorável.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, Sr. Presidente.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 22/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná", no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1980.

a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná", foi fundada em 06 (seis) de novembro de 1964, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 456/68, de 27 de maio de 1968, e durante este período vem cumprindo fielmente as suas finalidades, de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico e difundindo a cultura física e a prática dos desportos em geral.

A longa experiência da Associação tem sido altamente benéfica, o que leva o requerente pretender, respeitosamente, o seu reconhecimento por esta Casa.

Pela documentação anexa, verifica-se que a entidade preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão porque apresenta o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para sua aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/80

1 — De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 22/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Da análise do processo, pela documentação apresentada e anexada ao mesmo e pela justificativa do seu autor, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade públi-

ca, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

3 - Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 84/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Casa do Professor Primário do Paraná", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 84/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - É declarada de utilidade pública a "CASA DO PROFESSOR PRIMÁRIO DO PARANÁ", com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa do Professor Primário do Paraná, entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, já foi considerada como tal, em âmbito municipal, pela Lei n.º 1883, sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba. A par deste atributo conta, ainda, com todos os pressupostos legais exigidos para tal fim, estando em perfeita consonância com as disposições contidas na Lei Estadual n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, especialmente as constantes em seu artigo 1.º, incisos I, II, III e IV, cujo atendimento poderá ser comprovado com a documentação anexa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/80

Da autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o projeto intenta declarar como de utilidade pública a Casa do Professor Primário do Paraná, sediada nesta Capital.

Na documentação instrutória do processo encontra-se a Lei n.º 1883, de 03 de maio de 1960, através da qual o Município de Curitiba conferiu à entidade esse mesmo título.

Encontra-se, igualmente, cópia autenticada do Estatuto Social, donde se retiram os elementos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre os requisitos e condições para o Estado poder declarar pessoas jurídicas de direito privado como de utilidade pública.

Diante das presentes considerações, e sendo a competência de iniciativa aberta do deputado, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO - Presidente

ADALBERTO DAROS - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 102/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de União da Vitória o lote de terreno urbano conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 102/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo dezoito (18)

metros de frente para a Rua Castro Alves, por quarenta e cinco (45) metros de fundos, registrado sob o n.º 19.099, no livro 3-U, fls. 26, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado a finalidade exclusivamente de utilidade pública.

Art. 3.º - O Município de União da Vitória poderá permutar o imóvel, referido no Art. 1.º com outro, desde que seja respeitada a destinação estabelecida no Art. 2.º, desta lei.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A prática da doação entre pessoas jurídicas de direito público interno tem se revelado das mais salutares. Através dela, o Município ou o Estado conseguem realizar obras de interesse coletivo, sem maiores ônus para o erário.

No caso presente, a doação autorizada está vinculada à destinação de ordem pública, permitindo ao Município de União da Vitória atribuir ao imóvel, com maior margem de liberdade, um destino mais consentâneo com suas necessidades prioritárias.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 102/80

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob o n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo dezoito (18) metros de frente para a Rua Castro Alves, por quarenta e cinco (45) metros de fundos, registrado sob o n.º 19.099, no Livro 3-U, fls. 26, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º - O Imóvel de que trata o artigo anterior será destinado à permuta por outro imóvel onde deverá ser instalado o Centro Cultural da Cidade de União da Vitória, após a necessária avaliação e manifestação do Legislativo Municipal.

Art. 3.º - A presente doação fica condicionada à obrigação do Município de União da Vitória de providenciar a permuta e instalação do Centro Cultural no prazo de dois (02) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO - Presidente

DENI SCHWARTZ - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 102/80

O presente Projeto de Lei n.º 102/80, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de União da Vitória o imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Analisando-se a matéria, temos que legal e constitucionalmente não existem impedimentos que possam tolher a sua normal tramitação por esta Casa, e tendo em vista a destinação do referido imóvel, conforme nos informa o autor do Projeto no Ofício n.º 102/80, anexo ao processo (fls. 4) opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos, definindo a destinação da presente doação, no próprio bojo da lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO - Presidente

DENI SCHWARTZ - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 133/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade

Pública o "Centro Social Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI N.º 133/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL "NOSSA SENHORA APARECIDA", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, pela documentação apresentada, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

O Centro Social Nossa Aparecida é uma instituição civil, fundada em 10 de junho de 1968, com fins filantrópicos, culturais e de assistência social, atendendo gratuitamente aos necessitados em geral, seus familiares, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, agasalhos, medicamentos, alfabetização e educação, objetivando a integral promoção dos assistidos.

Isto exposto, apresentamos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 133/80

1 — De autoria do nobre Deputado David Cheriegate, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública o CENTRO SOCIAL "NOSSA SENHORA APARECIDA", com sede e foro no Município de Cascavel.

2 — Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

3 — Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, como membro das Comissões de Indústria e Comércio, Tomada de Contas e Suplentes da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Deputado Lineu Turra. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Cesário Pereira, genitor do Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, Secretário da Justiça. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Cesário Pereira. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Cesário Pereira, ocorrido na

cidade de Itajaí - SC. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Cesário Pereira. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz e José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Genecy de Souza Guimarães Júnior. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Neusa Feliciano Deldoto, em Lunardelli. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cordovan Frederico de Mello, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 19.º aniversário de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 19.º aniversário de Ubitatã. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Itacy Ferreira Martins. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 152/80. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 121/80. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, com respeito ao comportamento dos índices de arrecadação. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Florivaldo Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de monocal telefônico na localidade de "Platina", Distrito de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, contendo voto de integral apoio ao manifesto dos suinocultores da região Oeste e Sudoeste do Estado e também dos suinocultores sulinos, encarecendo ao mesmo tempo, a tomada de medidas visando a fixação do preço mínimo. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Fazenda, da Desburocratização e Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que seja adotado um sistema mais humano e sobretudo desburocratizante, que venha de encontro aos reclamos dos beneficiários do PASEP, através do crédito diretamente na folha de pagamento. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlo-

renzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Presidente da FUNDEPAR, no sentido de que se dignem determinar as medidas necessárias para a construção de sala de aula em Lagoinha, Município de Mandirituba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações a respeito do não funcionamento da Escola Premem do Jardim Bandeirantes de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sandra Regina Giroldo, pela edição de seu livro "Reflexo dos Tempos".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura e da Previdência Social, encarecendo a instalação de uma agência do FUNRURAL em Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 247.º aniversário de fundação do Município de Morretes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Procurador da República Chefe Substituto no Estado do Paraná, encarecendo esclarecimentos sobre a representação formulada por Nicanor Maciel Cezar contra Luiz Bonatto.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente à comissão de trabalhos que estuda o projeto que fixa a idade mínima para aposentadoria, contendo sugestões feitas pelo médico Hélio Gaessler de Queiróz.— **Aprovado.**— ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e aos Srs. Diretores do DER e DTR, encarecendo a necessidade da implantação de uma linha direta de ônibus de Toledo à Cidade de São Paulo, pela concessão com a Empresa PLUMA Conforto e Turismo Ltda.— Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem dúvida alguma a solicitação do eminente Deputado Egon Pudell deverá merecer de nossa bancada a sua aprovação. Mas, quer nos parecer que tal requerimento sofre de uma falha técnica, Sr. Presidente, e que o eminente Deputado poderá fazer a devida correção, haja vista de que não caberia a este Poder indicar a empresa que fosse beneficiada com tal linha de ônibus.

Evidentemente que o bravo povo de Toledo reivindica de há muito esta linha de ônibus. Mas, longe deste Poder ter a prerrogativa de solicitar e de dizer que a linha deveria ser dada

a tal empresa.

Haja vista que a concessão de linhas de ônibus são proferidas através de uma concorrência pública, fechada e sigilosa, nas propostas a serem apresentadas ao DNER.

Com esta ressalva feita, a nossa bancada aprovará o requerimento. Mas, solicitamos ao eminente Deputado que faça esta correção, porque o mesmo tem uma falha técnica.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. EGON PUDELL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitaria a Vossa Excelência que aceitasse nossa emenda. Porque, realmente, o Deputado Darcy Deitos tem razão, houve um equívoco, porque essa é uma solicitação da Câmara Municipal de Toledo.

Então, a emenda deveria suprimir o nome da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento, ressalvada a emenda.— **Aprovado.**

Em votação a emenda.— **Aprovada.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eron Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo a realização definitiva na Cidade de Toledo do exame psicotécnico para motoristas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido que seja criado e instalado Colégio Agrícola de 2.º Grau em Paranavaí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre o montante financeiro investido no setor de pré-investimentos e contratação de trecho, para a pavimentação da PR-495 interligando os Municípios de Mal. Cândido Rondon a Guaíra.— Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tentarei ser breve para acalmar a apreensão dos que estão apressados.

Em abril do ano passado, 1979, este Parlamentar apresentava requerimento, solicitando ao Governador Ney Braga, informações sobre a viabilidade da pavimentação asfáltica da estrada que interliga Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

Naquela ocasião, lamentavelmente, os Parlamentares do Partido de sustentação do Governo, nesta Casa, por seu Líder, votaram contra.

Interessante que, no dia seguinte, observamos a justificativa desse voto em contrário.

Dizia-se, que o motivo de recusa do requerimento, era devido à justificativa muito agressiva deste Parlamentar. Eram explicações dadas, então, pelo nobre Líder desta Casa.

Não via eu, na época, nenhuma agressividade, em pedir informação da viabilidade da construção de uma estrada. No entanto, a pavimentação foi feita, foi uma promessa feita em Mal. Cândido Rondon, ao povo de Mal. Cândido Rondon, pelo então Governador Jayme Canet Júnior, e endossada pelo atual Governador Ney Braga.

Até então, era uma promessa de campanha eleitoral, apoiada pelo nobre Deputado que comigo representa aquela região, nobre Deputado Werner Wanderer. Mas, lembrando ainda meu requerimento, naquela ocasião, eu frisava que a antiga e justa reivindicação daquele povo, se atendida fosse pelo Governo do Estado, seria o cumprimento de uma promessa

governamental, além do cumprimento de uma obrigação, dever do Governo, diante de coragem, do sacrifício, das lutas daquele povo, que tem colaborado em grande parcela para o desenvolvimento do nosso Estado.

Além disso, a benfeitoria proporcionará melhores condições para ampliação do setor turístico, tanto prometido, para superar a grande perda que estamos sofrendo na região devido a construção da hidrelétrica de Itaipu, inundação de nossas terras.

Os argumentos, na oportunidade, não serviram. O pedido simplesmente foi naquela ocasião rejeitado. Mas, voltamos a tocar no mesmo assunto, dado à necessidade que o Governo cumpra com a promessa para preservar a sua honra, que até o momento são apenas eleitorais, mas que em muito, vem sacrificando aquele povo.

Até acredito que, a perda de votos, principalmente no Distrito de Mercedes, por onde deveria passar este asfalto, se justificaria e entregaria inclusive, com muito agrado, desde que esta obra realmente seja efetivada.

E assim, foi com grande alegria que vi no projeto de lei de número 145/79, de autoria do Poder Executivo Estadual, orçamento anual para o ano em exercício de 1980, consta nas páginas 644 a 645, dotação de verba no montante de 236 milhões e 100 mil cruzeiros, para execução com a participação, financiamento do "bits", segunda fase do programa rodoviário alimentador, que objetivava, pela complementação da infra-estrutura rodoviária, o desenvolvimento econômico e social das populações radicadas nas regiões beneficiadas.

O programa compreendia a pavimentação de mais de mil cento e vinte e oito quilômetros de rodovia.

Assim, como já discutido aqui, simplesmente se dizia, se dá os números dos quilômetros que deverão ser construídos.

No entanto, nesta época, portanto no ano passado, estava e constava este asfalto de Mal. Cândido Rondon a Guaira como pré-investimento.

Acontece, porém, que estranhamente, notamos que para o orçamento deste ano, onde inclusive já foi feito um pré-investimento quero crer, não vi nada neste sentido, mas acredito, que tenha sido feito algo, pelo menos um estudo, um projeto e, de repente, no exercício de 81 não se dá continuidade àquela promessa e aquele alento que o povo teve quando, ao deparar com o orçamento de 80, poderia contar com este asfalto.

E não está, pelo menos mencionado no programa orçamentário deste ano, a construção desta rodovia.

E assim que nós encaminhamos mais um requerimento, esperando inclusive que se repare ao votarem neste requerimento, a injustiça que foi feita com este Parlamentar, quando em abril de 79 se recusou e se rejeitou o pedido de informações. Porque inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Parlamentar tem a honra e em protesto, em homenagem inclusive ao povo de Rondon e de Guaira, de votar contra o Orçamento para 1981 se a emenda não houver no sentido de reparar o erro que está havendo em deixar fora aquela promessa, que já constava inclusive para investimentos em 81.

E convido inclusive, para comigo votar contra os Deputados, sejam do PDS ou sejam do PMDB, ou de qualquer partido que têm representação naquela região, para que possamos protestar das inúmeras vezes em que o Oeste do Paraná e principalmente a faixa de fronteira fica relegada a segundo plano.

E talvez esse segundo plano, essa marginalização dos municípios da faixa de fronteira se deva a que o Governo não os necessite politicamente, porque tem lá os seus biônicos como Prefeito para garantir as eleições.

E que não seja essa a justificativa. Por isso eu espero que ao votarem esse requerimento, a nobre bancada do PDS tenha oportunidade de reparar a injustiça que foi feita em abril de 79

e além disso de fazerem justiça à população do Oeste do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. WERNER WANDERER — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — A Bancada do PDS votará contra esse requerimento e justifico porque.

Porque na próxima segunda-feira, no dia 10, às 9,30 horas, será assinada a concorrência pública do trecho Marechal Cândido Rondon-Guaira. E nós vamos mais além. Nós não vamos cometer uma nova injustiça aqui, como foi dito neste instante. Nós vamos cometer sim, justiça, porque o PDS muitas vezes é criticado por aquilo que deixa de fazer. E quando o nobre Deputado Gernote Kirinus, em abril do ano de 79, pedia informações ao Governador foi rejeitado porque já sabia que no dia 25 de julho, aniversário do Município de Marechal Cândido Rondon, seria assinado o contrato da concorrência do projeto final de engenharia, que foi concluído agora.

E justifico porque só agora foi concluído. Porque foi feito um projeto, uma concorrência pública para um projeto e a viabilidade econômica provou que deveria ser um outro tipo de pavimento e alterou o prazo da execução desse projeto.

Inclusive nós fomos criticados em Marechal Cândido Rondon porque o Governador Ney Braga e esse Deputado prometia que ia passar dentro de duas vilas, Vila Mercedes e Vila Novo Horizonte. E já que é um projeto que mostrou a viabilidade econômica que vai ligar dois Estados, Paraná e Mato Grosso, não pode passar um projeto de asfalto de primeira categoria dentro de vilas.

Mas dentro deste projeto que vai ser licitado na próxima segunda-feira, está o acesso a essas duas localidades, e foi conseguido que passasse bem próximo a essas localidades.

Por esta razão nós votaremos contrariamente. Tem recursos, será financiado pelo BID e nós votaremos contrariamente porque hoje mesmo este Deputado que fez esta solicitação, Gernote Kirinus, na emissora de Marechal Cândido Rondon dizia e deixava dúvida que o Governo do Estado do Paraná não iria cumprir com a promessa dele.

E nós aqui neste plenário, hoje e nesta tarde afiançamos que o Governador Ney Braga cumpre aquilo que promete. Era só.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar à votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, lamento este voto em contrário. Lamento profundamente porque se estamos solicitando apoio, se estamos querendo nos abraçar, embora pese a posição partidária contrária, para beneficiar uma região, para que juntos atuem em benefício do bem comum e do povo, há aqueles que colocam as posições partidárias acima do interesse comum. Lamento profundamente.

Lamento também que Marechal Cândido Rondon, mais uma vez, vai ter que se contentar com projetos que desviam a intenção primária; porque já de Toledo a Rondon deveria ser asfalto direto, mas primeiro foi construído a Palotina e Rondon teve que se contentar com o ramal. E ali se passava entre as vilas.

E agora me pergunto: Rondon, mais uma vez terá que se contentar com ramais?

Não, é isso que o nosso povo merece. O povo de Marechal Cândido Rondon tem contribuído muito para este Estado do Oeste do Paraná, mas tem recebido muito pouco, exatamente porque este tipo de comportamento político que coloca interesses pessoais e partidários acima dos interesses do povo, não deixa que este povo ganhe o que realmente merece.

Sr. Presidente, é lamentando profundamente esta falta de consideração que eu encerro minhas palavras.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Rejeitado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro de Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam;

30 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, com relação ao item 03401832277 do Projeto de Lei n.º 136/80 - Proposta de Orçamento Geral do Estado para o Exercício Financeiro de 1981.— Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados o aprovam;

29 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e representantes do Paraná nas referidas Casas de Leis, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa na ação reparadora que vier a ser, oportunamente, exercida pelos eminentes legisladores no projeto que visa modificar o Parágrafo Único do Art. 57, da Lei n.º 3807.— Em votação. Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Ezequias Losso, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 48, 53, 54 e 55/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 22, 84, 102 e 133/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80.

Para quinta-feira, dia 06 de novembro.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/80.

Proposta de Orçamento Plurianual para o triênio de 81/83.

Levanta-se a sessão.